



CAMILA DE JESUS FRANÇA

**DISCURSO POLÍTICO E DISCURSO DA VIOLÊNCIA: UMA
ANÁLISE SOBRE A INTERINCOMPREENSÃO POLÊMICA NOS
TWEETS**

**LAVRAS-MG
2022**

CAMILA DE JESUS FRANÇA

**DISCURSO POLÍTICO E DISCURSO DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE
A INTERINCOMPREENSÃO POLÊMICA NOS TWEETS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Objetos Culturais e Produção de Sentidos, para a obtenção do título de Mestra.

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano
Orientador

**LAVRAS-MG
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

França, Camila de Jesus.

Discurso político e discurso da violência: uma análise sobre a
interincompreensão polêmica nos tweets / Camila de Jesus França. -
2022.

97 p.

Orientador(a): Márcio Rogério de Oliveira Cano.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2022.

Bibliografia.

1. Análise do Discurso. 2. Interincompreensão Polêmica. 3.
Discurso da Violência. I. Cano, Márcio Rogério de Oliveira. II.
Título.

O conteúdo desta obra é de responsabilidade do(a) autor(a) e de seu orientador(a).

CAMILA DE JESUS FRANÇA

**DISCURSO POLÍTICO E DISCURSO DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE
A INTERINCOMPREENSÃO POLÊMICA NOS TWEETS**

**POLITICAL DISCOURSE AND DISCOURSE OF VIOLENCE: AN ANALYSIS
OF POLITICAL INTER-INCOMPREHENSION IN TWEETS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Objetos Culturais e Produção de Sentidos, para a obtenção do título de Mestra.

APROVADA em 29 de março de 2022.

Profa. Dra. Márcia Fonseca de Amorim (UFLA)
Prof. Dr. Ricardo Celestino (PUC-SP)

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano
Orientador

**LAVRAS-MG
2022**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me sustentado durante todo esse processo, pois, sem a Sua graça, isso não teria sido possível.

À minha mãe, pelo apoio, pelo amparo e pelas orações.

A toda a minha família, pelo carinho, em especial meu avô Sebastião, pois sei que, onde o senhor estiver, está feliz por mim.

Ao meu noivo, Francisco, pelo carinho e pela compreensão.

Às minhas amigas de caminhada, Lara, Maria, Beatriz e Letícia, por todos os momentos compartilhados e pela parceria de sempre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFLA, que muito contribuiu para minha formação.

Aos meus colegas do GPLPD-UFLA, pela amizade e pelas contribuições, fundamentais para a elaboração desta pesquisa.

Aos professores Dr. Ricardo Celestino e Dra. Márcia Fonseca de Amorim, pela leitura atenciosa de meu trabalho na qualificação e no momento de defesa, e pelos apontamentos oferecidos.

Ao Prof. Dr. Márcio Cano, pela parceria desde a graduação, pelos conselhos, pela orientação atenciosa e pela paciência em ensinar.

GRATIDÃO!

RESUMO

Este trabalho investiga o processo de interincompreensão polêmica na produção do discurso político, e a forma com que, a partir dele, pode-se desenvolver um discurso violento. A pesquisa insere-se na Análise do Discurso, tendo como base principal os estudos de Maingueneau (2008; 2010; 2015), e é realizada no âmbito dos estudos e das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Leitura e Produção de Discursos (GPLPD-UFLA). A questão política sempre esteve presente na sociedade, uma vez que ela faz parte da constituição do ser humano (político), e o leva a modular o uso que faz da língua, com o intuito de persuadir o outro, em benefício próprio ou do grupo de que faz parte. Assim, a constituição desse discurso apresenta diversas faces e lados, sendo eles, por vezes, opostos. Dessa forma, tem-se notado que o discurso político é atravessado pelo discurso da violência, uma vez que este último tem contribuído bastante para ressaltar a interincompreensão, que já era existente entre os sujeitos. Para a realização deste estudo, baseamo-nos nas afirmações apresentadas por Maingueneau (2008), segundo as quais existe, no interior desses discursos, a presença de semas que possibilitam a compreensão da interincompreensão polêmica. Embasamo-nos, também, na análise que investiga de que modo esse fenômeno resulta no discurso da violência, realizada por Michaud (1989) e Odália (2012). Ainda, leva-se em consideração os estudos das Condições Sócio-Históricas de Produção dos Discursos, a partir dos trabalhos de Courtine (2014) e Orlandi (2015). O corpus constituído se insere no campo discursivo político e é constituído de postagens da rede social *Twitter* e de uma notícia elaborada pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Reconhecemos que a forma com que os discursos são constituídos podem resultar em atos e estados de violência, pois isso faz parte do processo de interincompreensão polêmica.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Interincompreensão Polêmica. Discurso da Violência.

ABSTRACT

This work investigates the process of polemic inter-incomprehension in the production of political discourse, and the way a violent discourse can be developed from it. This research is affiliated with Discourse Analysis perspective, assuming as main basis the studies of Maingueneau (2008; 2010; 2015), and it is carried out within the scope of studies and research developed in the Research Group Reading and Production of Discourses (GLPPD-UFLA). The political factor has always been present in society, since it is part of the constitution of the (political) human being and leads him to modulate the use he makes of language, with the aim of persuading the others, for his own benefit or for the group of which he or she is a part. Thus, the constitution of this discourse has several faces and sides, and they are sometimes in opposite sides. In this way, it has been noticed that the political discourse is crossed by the discourse of violence, since the latter has contributed a lot to highlight the inter-incomprehension, which was already existing between the subjects. In order to carry out this study, we based ourselves on the ideas presented by Maingueneau (2008), according to which there is, within these discourses, the presence of features that make it possible to understand the polemic inter-incomprehension. We are also based on the analysis that investigates how this phenomenon results in the discourse of violence, carried out by Michaud (1989) and Odália (2012). Furthermore, studies on the Social-Historical Conditions of Discourse Production are taken into account, based on the works of Courtine (2014) and Orlandi (2015). The constituted *corpus* is part of the political discursive field and consists of posts from *Twitter* and a publication from the newspaper *Folha de S.Paulo*. We recognize that the way in which discourses are constituted can result in acts and states of violence, as this is part of the process of polemic incomprehension.

Keywords: Discourse Analysis. Polemic Inter-Incomprehension. Discourse of Violence.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Competência Discursiva.	23
Quadro 2 – Competência Discursiva.	24
Quadro 3 – Modelo 1 (Operações de Concentração, Enfraquecimento e Contrariedade) (continua)	25
Quadro 4 – Operações de Harmonização.	27
Quadro 5 – Tweet e comentários.	80
Quadro 6 – Relações de contrariedade.	84
Quadro 7 – Modelo de operação de Concentração, Enfraquecimento e Contrariedade (continua).....	84
Quadro 8 – Tweet e comentários.	87
Quadro 9 – Harmonização.	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Faxina nos Ministérios.	58
Esquema 1 – As instâncias e suas relações (continua).	63
Figura 2 – Printscreen do Tweet publicado pela página do G1 no Twitter.	70
Figura 3 – Printscreen de comentários feitos no Tweet postado pelo portal G1 em sua página.	71
Figura 4 – Printscreen de comentário feito no Tweet postado pelo portal G1 em sua página.	72
Figura 5 – Printscreen de comentários feitos no Tweet postado pelo portal G1 em sua página.	74
Figura 6 – Printscreen do Tweet publicado por Guilherme Boulos em sua página no Twitter.	75
Figura 7 – Pirâmide de Operação.	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	INTERINCOMPREENSÃO POLÊMICA E POLÊMICA.....	12
2.1	A interincompreensão polêmica e a competência discursiva	17
3	CONCEPÇÕES DE DISCURSO, ANÁLISE DO DISCURSO, INTERDISCURSO E SUJEITO	32
3.1	Interdiscurso	38
3.2	Sujeito	42
4	DISCURSO DA VIOLÊNCIA, DISCURSO POLÍTICO E A INSTÂNCIA MIDIÁTICA	48
4.1	Sobre o conceito de condições de produção	48
4.2	O discurso da violência	52
4.3	O discurso político e os meios de comunicação.....	60
5	METODOLOGIA DO TRABALHO.....	66
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO: INTERINCOMPREENSÃO POLÊMICA NO DISCURSO DA VIOLÊNCIA.....	69
6.1	A polêmica como interincompreensão no discurso político.....	76
6.2	Análise do processo de tradução	83
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

A linguagem move a sociedade, pois ela permite ao ser humano pensar e agir. Pode-se afirmar que ela é a força motriz que impulsiona o pensamento e estabelece vínculos históricos, sociais e psicológicos. Dessa maneira, todas essas relações que são estabelecidas pela linguagem fazem parte da constituição de todos os discursos.

Assim, nosso trabalho surge das inquietações que o discurso político tem nos despertado, principalmente nos últimos anos, pois ele tem se estabelecido no meio social de forma inflamada e cada vez mais polarizada. Posto isso, como trabalhamos a partir da Análise do Discurso, que possui um caráter interdisciplinar, propomos uma pesquisa que nos ajude a compreender a interincompreensão polêmica presente no discurso político e a forma com que esse discurso é recepcionado pelo outro. Nesse sentido, surge, dentro das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Leitura e Produção de Discursos (GPLPD-UFLA/CNPq), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Lavras (UFLA), a motivação para investigarmos o discurso político e a interincompreensão polêmica que o sustenta, e que, em muitos momentos, tem como base o discurso da violência.

Sabemos que a política sempre foi marcada pela presença de lados opostos, e isso faz parte das relações sociais, assim como é algo importante para a sustentação da democracia. Nesse sentido, ao lidarmos com essas percepções diferentes em relação à política, detecta-se uma interincompreensão discursiva que faz parte da constituição das identidades partidárias. Entendemos que a polêmica está presente nas delimitações existentes nesse campo de relações político-discursivas, no qual os discursos polêmicos delimitam-se de forma recíproca e cria-se uma negação em relação ao discurso do outro.

Diante disso, entendemos que temas polêmicos e a interincompreensão estão presentes em grande parte dos conflitos sociais, principalmente em nossa capacidade de compreender a fala do outro. Além disso, sabemos que a violência tem feito parte das relações políticas. Ainda que, em muitos momentos, nós a negamos, ela está presente, vez que ninguém se assume como violento, mas constantemente estamos consumindo esse tipo de discurso, mesmo que de forma inconsciente, e, à medida que o consumimos, a ele aderimos e o propagamos.

A partir disso, o problema que delimitamos para o nosso trabalho consiste no fato de que acreditamos que a interincompreensão existente no discurso político tem utilizado como sustentáculo o discurso da violência, o que tem gerado estados e atos de violência. Assim,

elegemos como objetivo principal analisar como ocorre a constituição da interincompreensão polêmica apoiada no discurso da violência.

Elegemos o discurso político como base de análise, pois, atualmente, ele tem sido palco de diversas discussões e polêmicas. Isso se evidencia no fato de que atualmente esse tipo de discurso tem ocupado diversos espaços, e as mídias, em especial o Twitter, têm sido utilizadas como palanque político, não só pelos atores próprios desse meio, mas também pela população em geral, que se interessa pelo assunto. Todas as nossas análises possuem como base as condições sócio-históricas nas quais todos os discursos são inseridos.

Perante a diversidade de pesquisas existentes, buscamos levantar uma problemática que se apresente como relevante e contribua para os estudos da Análise do Discurso, assim como para a sociedade, uma vez que o trabalho se justifica no sentido de ampliar as discussões acerca da política e das relações que a envolvem, principalmente as que despertam os conflitos, pois essa problematização é fundamental na sociedade atual, mormente em relação ao ensino da linguagem.

2 INTERINCOMPREENSÃO POLÊMICA E POLÊMICA

O discurso deve ser compreendido como uma estrutura historicamente determinada, e ao mesmo tempo como um acontecimento. Assim, tem-se a relação entre a memória e a atualidade, pois, como bem sabemos, até mesmo uma estrutura linguística, supostamente rígida e fechada em si mesma e com uma determinada significação, pode ter essa estrutura mudada a depender do tempo e espaço que ocupa no momento de sua enunciação. Essas relações podem ser percebidas quando pensamos na tríade discursiva elaborada por Maingueneau (2008), pois, quando analisamos o campo discursivo e os possíveis recortes que se pode fazer nesse espaço, notamos a presença de diversas estruturas linguísticas que compõem o discurso.

Para melhor compreender essas relações, tomemos como exemplo o discurso político, filosófico e religioso, que são discursos que possuem uma função social expressiva e, em muitos momentos, estão relacionados entre si, mas, em outros, são completamente divergentes, e é a partir da constatação dessas relações contrárias que é importante para o analista delimitar o seu campo de pesquisa, de modo que seja possível detectar os tipos de relações que ocorrem entre os diferentes discursos.

Maingueneau (2008) faz esse movimento com relação a dois discursos: o jansenista e o humanista devoto, e, dessa forma, o autor apresenta a polêmica discursiva. A polêmica é analisada por Maingueneau (2008) tomando como base dois discursos polêmicos: de um lado, o jansenista, que propõe uma separação clara entre Deus e o mundo, e, de outro, o humanista devoto. O primeiro utiliza os semas de Concentração, Unidade e Pontualidade. Partindo dessa noção, esse discurso cria simulacros de seu Outro, que, nesse contexto, é o Humanista Devoto, imputando a ele semas como de Mistura e Confusão. No entanto, quando observamos as próprias noções que o Humanista Devoto possui de si mesmo, tem-se os semas de Harmonização, Plasticidade, Comunicação, afinal de contas, ele privilegia uma relação entre Deus e o mundo. Maingueneau (2008) analisa a visão que o Humanista Devoto possui dos Jansenistas e são percebidos semas como os de Ruptura, Isolamento e Dureza.

O entendimento dos simulacros é importante para que se possa compreender a polêmica e Maingueneau (2008) faz esse movimento para evidenciar a polêmica discursiva. A polêmica, portanto, é uma das formas de relação que pode se estabelecer entre dois discursos que ocupam o mesmo espaço. Maingueneau (2010) volta a tratar sobre o polêmico, observando-o a partir de um prisma, que é evidenciado por meio de três dimensões. De acordo com o autor,

A inclusão do polêmico na lista dos registros (ao lado do trágico, do épico, do epidítico, do satírico, do fantástico etc.) não tem nada de surpreendente, dado que o termo “registro” pode a priori designar qualquer conjunto de traços linguísticos regularmente associados em um discurso, mas que não se caracterizam por ocorrerem em um único gênero. (MAINGUENEAU, 2010, p. 187).

Maigneueau (2010) apresenta a ideia de polêmico como algo relacionado ao registro comunicacional, como o “discurso cômico”, o “discurso de divulgação” e o “discurso didático” e está associado a um “repertório de traços linguísticos considerados característicos de certa “Violência” verbal”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 189). O autor ressalta que o polêmico não pertence essencialmente às conversações, mas, sim, aos gêneros instituídos, e, de um ponto de vista lexical, segundo o autor, “polêmica” e “polemizar” são empregadas para conflitos que vão além dos indivíduos que interagem. Assim, o autor apresenta que, por exemplo, um bate-boca entre motoristas ou vizinhos não é visto como a polêmica trabalhada pelo discurso, pois essas discussões são pontuais, já a polêmica discursiva se estende no tempo, e supõe uma sucessão de trocas.

Segundo C. Kerbrat-Orecchioni (2010, apud MAINGUENEAU, 1980),

É preciso que se trate de um discurso que ataque um alvo, que se considere que ele sustenta ou tenha sustentado um discurso contrário, que o enunciado polêmico integra e rejeita ‘agressivamente’, isto é, em termos mais ou menos veemente, talvez insultuosos (p. 24)

Dessa forma, para o autor, o polêmico é algo que possui diversas tonalidades e se situa em diferentes planos, e esses diferentes traços constroem uma convergência que produz a “veemência” e a “agressividade”, que são características do polêmico. Trazendo essas noções para a prática, pensar o discurso polêmico é algo que requer um esforço, pois, para fugir das noções cotidianas do que vem a ser polêmica, como sendo os fenômenos mais comuns, por exemplo, a injúria, os desacatos, a noção de polêmica *discursiva* escapa à lógica social do que é a polêmica e, por isso, requer um esforço maior para ser compreendida.

Pensando na polêmica como a violência verbal, por exemplo, podemos dizer que ela é algo intuitivo e difícil de se traduzir em estruturas linguísticas, pois, ao se considerar os termos polifônicos presentes no discurso polêmico, tem-se a presença de citações, ironias e os esquemas argumentativos, sendo esses mobilizados, tornando, assim, a percepção do polêmico algo bastante delicado.

Portanto, é importante estudar o discurso polêmico em diversos planos, e atribuir uma importância aos traços linguísticos considerados polêmicos. Isso posto, não podemos limitar nossas análises somente às marcas enunciativas, mas também levar em conta o dispositivo pragmático, no qual elementos polêmicos adquirem sentidos. Segundo Maingueneau (2010, p. 192) “trata-se de pensar uma relação entre os lugares, papéis e normas”. Ao se reconhecer a presença da polêmica, também supomos a presença de um espectador, que é alguém que assume as normas subjacentes desse debate e o seu adversário também supõe a existência das normas, e ambos passam a acreditar que essas questões podem ser polemizadas.

Segundo Maingueneau (2010, p. 192) “O simples fato de sustentar uma polêmica pressupõe pragmaticamente que há uma crise na comunidade em questão, que os valores que a fundam estão ameaçados.” O autor ainda afirma que a dinâmica de trocas é algo importante e essencial para o aspecto polêmico, pois, a partir do momento que o primeiro enunciador se posiciona como polêmico, ele provoca de alguma forma os enunciados contrários.

A enunciação polêmica é também estreitamente ligada à oralidade. Há, de fato, uma tensão essencial entre as restrições típicas das polêmicas, que são radicalmente ligadas à escrita, na medida em que se inscrevem no tempo e se apoiam na denúncia meticulosa da coisa dita, e um registro de enunciação polêmica que multiplica as marcas de oralidade, que põe em cena uma confrontação direta com o adversário. Sempre que uma violência se exerce por meio da linguagem, alguma coisa da ordem do corpo e da oralidade está implicada. (MAINGUENEAU, 2010, p.193)

O processo de oralidade está diretamente ligado ao interdiscurso e sua tradução, Maingueneau (2008, p. 103) distingue o discurso em agente e paciente, sendo o primeiro o discurso tradutor e o segundo o discurso traduzido. Nesse ambiente, o discurso tradutor traduz o discurso primeiro a partir dos semas que rejeita. Nesse processo de tradução, ocorre o que chamamos de simulacro, nome dado à maneira com que esse discurso se encontra fechado em si e nas suas próprias restrições semânticas, de modo que ele não poderá compreender os sentidos que o outro constrói de outra forma que não a negativa.

A polêmica por vezes é entendida como uma forma de conflito presente na superfície linguística, mas também pode se fazer presente no dialogismo constitutivo. Maingueneau (2008, p. 112) apresenta o dialogismo em dois níveis, sendo o primeiro a heterogeneidade constitutiva, que se trata do fundamento de existência dos discursos, por meio da qual eles se relacionam constantemente, e a heterogeneidade mostrada, sendo essa o polêmico manifestado na superfície da materialidade linguística, uma vez que as oposições, as discórdias são visíveis a partir das estruturas gramaticais mobilizadas.

Um discurso tido como polêmico pode se referir ao outro de forma muito clara, principalmente quando o enunciador se apropria de palavras e as utiliza de forma agressiva, mal-intencionada e até mesmo ameaçadora, mas todas essas palavras e suas tonalidades serão utilizadas pelo Mesmo a partir dos simulacros que ele criou do Outro.

Maingueneau (2008) apresenta a polêmica como um processo de tradução e de interimcompreensão, logo, pensar esses processos nos auxilia a refletirmos sobre a discursividade da polêmica dentro da sociedade. Nessa vertente de estudo, no viés de observar a função social da polêmica, deparamo-nos com o estudo de Ruth Amossy (2017), em seu livro *Apologia da Polêmica*. Ao se debruçar sobre os estudos da polêmica, Amossy tem uma preocupação inicial que é a definição do que é polêmica, sendo assim ela tenta demonstrar que esse dissenso possui uma função social e um funcionamento sócio-discursivo. Nesse âmbito, a autora compreende a polêmica como sendo uma gestora verbal do conflito, uma vez que essa é realizada no modo da dissensão.

Nesse contexto, a polêmica - que gerencia os conflitos valendo-se do choque das opiniões contraditórias - não permite nem conduzir a um acordo, nem assegurar um modo de coexistência numa comunidade dividida entre posições e interesses divergentes. (...) A polêmica preenche, por esse motivo, funções importantes que vão da possibilidade do confronto público no seio de tensões e de conflitos insolúveis à formação de comunidades de protesto e de ação pública. (AMOSSY, 2017, p.13)

Dessa maneira, para Amossy (2017) a polêmica preenche funções importantes na sociedade, principalmente em torno de questões públicas que envolvem o confronto e conflitos presentes no seio social. Afinal, nesse ambiente há a presença de debates, disputas, brigas e controvérsias e, entre eles, está a polêmica. Uma vez que a polêmica tem se apresentado como um debate em torno de questões que possuem relevância social e interesse público, para a autora a polêmica possui uma importância argumentativa. Segundo ela (2017, p. 49) “a polêmica, é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes numa dada cultura.” Dessa maneira, a polêmica tem como marca a argumentação e a oposição de discurso, pois o antagonismo entre discursos para existência de polêmica é algo indispensável.

No entanto, para a existência da polêmica não é bastante a declaração de ser contrário a algo, como, por exemplo, o lado A diz: “eu sou contra pena de morte” e o lado B, no intuito de refutar, diz: “eu sou a favor da pena de morte”, mas o que vai gerar, de fato, a polêmica, é o que está por trás dessas afirmações, os fundamentos desses pensamentos. Segundo Dominique Gerand (2017, p. 53, apud AMOSSY, 2017),

O denominador comum dos enunciados polêmicos, em todos os gêneros, não é a violência verbal, mas o conflitual. Nem toda situação polêmica conflitual ocasiona uma intervenção polêmica (...) mas, com certeza, toda fala polêmica é oriunda do conflito

Sendo a polêmica uma modalidade argumentativa, ela vai além dos tipos de discursos e das questões de gênero existentes, e possui características que a tornam distinta das outras modalidades de argumentação, e a distinguem de enfrentamentos verbais, pois ela surge como um modo particular de enfrentamento do conflito. A polêmica possui três traços importantes, sendo eles a dicotomização, a polarização e a desqualificação. O primeiro diz respeito a duas opções antitéticas que se excluem mutuamente, mas essa exclusão depende do contexto social em que estão inseridas, por exemplo, esquerda e direita se excluem por questões culturais, sociais e de crenças, uma vez que esses quesitos se movimentam e mudam com o tempo, pode-se dizer que a polarização advinda da dicotomização gerada pela polêmica não é absoluta, por isso Amossy (2017, p. 54) afirma que “dicotomias são construídas e desconstruídas num contexto preciso”.

O segundo traço da polêmica, a polarização, se concentra na presença de discursos antagônicos e na presença de dois atores, ela busca estabelecer campos inimigos e é um fenômeno social, pois está relacionada a adesão a um determinado grupo e suas ideias e isso constitui a identidade do sujeito. O último traço da polêmica, e não menos importante, é a desqualificação, o qual traz a noção de que a polêmica não trabalha somente para reagrupar e consolidar ideias, mas também para consolidar uma determinada identidade de um grupo de maneira pejorativa em relação ao outro. Por isso, a polarização utiliza a difamação em muitos momentos para desacreditar o outro que nesse momento podemos chamar de adversário.

Amossy (2017) apresenta o discurso polêmico e a interação polêmica como sendo formas que a polêmica pode assumir. Sendo assim, a interação polêmica é vista como algo que ocorre de maneira assíncrona. Além disso, a autora observa a polêmica no meio das mídias sociais, ou seja, nas conversações que ocorrem de maneira on-line, nas quais os internautas se utilizam de uma máscara, pseudônimos que lhe permite atacar o outro de maneira verbal ou através de textos e frases escritos, e essas ações não lhe causam nenhum tipo de punição. Nesse momento temos a presença da despersonalização e com isso uma ausência de responsabilidade com os danos que essa violência pode gerar. Portanto,

O debate polêmico não opõe mais atores sociais, mas “avatars”, seres dotados de uma identidade fictícia no cyberspaço. Na carnavalização da fala política, que suscita o jogo de máscaras, o internauta concederia a si mesmo todos os

direitos, a ponto de os piores excessos serem temidos (AMOSSY, 2017, p.174).

Dessa forma, as questões conflituosas existentes na internet estão relacionadas com as questões psicossociais. Segundo a autora, essas interações modelam relações inflamadas e que fundamentam a polêmica. Portanto, Amossy (2017) defende a polêmica como uma espécie de argumentação e não a restringe a um único traço. Como já dito, para a autora a polêmica se define como uma desqualificação do outro e a polarização dos discursos, uma vez que vai além da dicotomização.

Maingueneau (2008) apresenta a polêmica como algo não contencioso, mas conserva os participantes da polêmica em uma posição congelada, ou seja, não poderá ser superada, pois ele trabalha com a noção de simulacro e a partir disso o “eu” do discurso sempre verá o “outro” a partir de sua própria semântica. No entanto, para Amossy (2017) essa relação entre o “eu” e o “outro” apresentada por Maingueneau (2008) pode ser superada a partir do momento que o “outro” pode questionar as interpretações do “eu” e com isso a polêmica pode ser superada ou ainda mais inflamada pela relação conflitual. Dessa forma, a polêmica está inserida em um contexto social e se relaciona diretamente a noção de cultura e das condições de produção desse discurso que por ela é gerado.

2.1 A interincompreensão polêmica e a competência discursiva

Com base nos pressupostos teóricos já apresentados, daremos continuidade em nossos estudos, tendo como suporte teórico os estudos de Maingueneau (2008), em especial sua obra *Gênese do Discurso*, que possui uma grande representatividade no trabalho de discursos polêmicos.

Nesse viés, e a partir do que já foi apresentado, nota-se que muitos conflitos sociais surgem por meio dos ecos polêmicos que produzem. Assim, grande parte desses conflitos, sejam eles grandes ou pequenos, nascem não só dos esquecimentos dos sujeitos, mas também da falsa ilusão que possuímos de que o outro recebe o nosso discurso de maneira intacta, ou seja, da mesma forma e sentido que atribuímos a ele. Essas formulações que fazemos a respeito do outro ocorre porque o sentido das palavras, do discurso e dos textos que circulam são de certa forma programados pela história e historicidade que nos constitui como sujeito. Isto é, em relação aos outros sujeitos há uma semântica que orienta o meu posicionamento e há outra semântica que orienta o posicionamento do outro, e, muitas vezes, essa semântica que orienta

o posicionamento do outro vê as mesmas temáticas a partir de um outro prisma, de uma outra rede de sentidos. Logo, nossa semântica é limitada em relação a do outro, pois cada um é constituído por uma história única.

Dessa maneira, nós construímos esse outro de forma engendrada, isto é, de uma forma congelada, construímos o outro dentro de uma cena, de um território e de uma noção que esteja submetida à lógica do nosso discurso, dos nossos posicionamentos e dos sentidos e visões que temos de algo, e, isso, Maingueneau (2008) chama de simulacro.

Para aprofundarmos na compreensão dos simulacros, é necessário adentrarmos na discussão sobre a competência discursiva, inicialmente, iremos buscar entender o que é "competência". Nós a assumimos como um conhecimento internalizado e a habilidade de desempenhar diversas funções em um meio social. Ela se relaciona com a linguística e os conhecimentos da língua. A noção de competência passou por diversos posicionamento e campos de estudo da linguística. Os primeiros estudos sobre a competência se deram com o linguista Chomsky (1978) em sua obra *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Nessa obra, o autor define competência como sendo “o conhecimento que o falante-ouvinte possui da língua” (p. 84), e para ele, a linguagem é inata ao indivíduo e passada geneticamente. Desse modo, Noam Chomsky estabelece uma dicotomia entre competência (conhecimento da língua) e performance (uso da língua). Portanto, a competência e a performance integram a linguagem, pois é ela que constrói o mundo em que vivemos, por meio das interações que são feitas entre os indivíduos. Diante disso, a competência linguística é o conhecimento de determinada língua, e a performance permite que o falante se ajuste a uma determinada situação de comunicação.

Os estudos de Chomsky deram origem ao gerativismo, e em consonância com essas ideias, os estudiosos começaram a se preocupar com a competência textual, porque, segundo Koch (2009), as gramáticas de texto objetivavam descrever categorias e instituir determinadas regras para que a língua se constituísse como tal. As “tarefas básicas de uma gramática do texto”, apontadas por Koch (2009, p. 5), nos indicam que ainda não havia, nesse momento, um olhar mais pragmático para os textos, mas sim, uma preocupação maior com as questões estruturais.

Nessa perspectiva, a autora aponta que não demorou para que os estudiosos da língua sentissem a necessidade de ir além de análises sintático-semânticas e que, a partir disso, adotou-se então, um panorama pragmático que deu origem às teorias de base comunicativa. A partir da teoria dos atos de fala e da teoria de atividade verbal, buscou-se compreender o texto como uma

unidade comunicativa mais complexa, observando as intenções comunicativas dos falantes. Logo, Koch (2009, p 22-23) diz que Van Dijk delimita as relações intrínsecas que existem no discurso.

Posto isso, ocorre a virada cognitiva na década de 1980, na qual todo texto passa a ser considerado como o resultado de interações mentais, e é visto a partir de um sistema: o conhecimento linguístico, que compreende o texto em sua superfície gramatical e lexical, som e sentido; o conhecimento enciclopédico, que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo; o conhecimento interacional que é descrito a partir das relações que ocorrem entre os comunicadores, ou seja, formações verbais e interações; o conhecimento ilocucional também faz parte das interações presentes no texto, e é ele que permite conhecer os propósitos do falante, como também o conhecimento comunicacional que é a escolha correta da variedade linguística para a compreensão do leitor; o conhecimento metacomunicativo, que permite ao escritor evitar possíveis perturbações na comunicação durante a escrita e o conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais, que permite ao falante reconhecer no texto determinados tipos de gêneros, e, com isso, tem-se a competência textual.

Recorremos aos conceitos de competência textual e competência linguística para demonstrar como esse termo foi tomando forma e se constituindo dentro da linguística. Além do mais, todos esses estudos contribuem para a construção da competência discursiva, que é o foco do nosso trabalho, pois o nosso campo de atuação se constitui dentro da AD. Maingueneau (2004) considera que um determinado número de “leis do discurso” rege as comunicações verbais, e essas leis devem ser adeptas das peculiaridades existentes em cada discurso.

Para melhor exemplificar estas relações existentes dentro da competência discursiva, Maingueneau (2004) divide a competência em duas formas, sendo a primeira a competência enciclopédica, que é um conjunto ilimitado, pois está muito relacionado a regras, como, por exemplo, a proibição de fumar em ambientes fechados, pois a fumaça pode ser inalada por não fumantes e isso causa danos à saúde. Posto isso, essa competência é relacionada com o conjunto de saberes presentes na sociedade e varia de acordo com as experiências vividas por cada pessoa. Além do mais, ela se relaciona com a capacidade de encadear ações, fazer inferências e alcançar um objetivo, pois o nosso conhecimento é indispensável para fazer interpretações a respeito das diversas atividades discursivas.

A segunda competência apresentada pelo autor é a genérica, que é apresentada como sendo a capacidade de cada indivíduo se comportar de acordo com as especificações de cada

gênero, pois “o discurso jamais se apresenta como tal, mas sempre na forma de um gênero do discurso particular: um boletim de meteorologia, uma ata de reunião, um brinde” (MAINGUENEAU, 2004, p. 43). Dessa forma, não são encontrados os mesmos gêneros do discurso em uma sociedade, por exemplo, situada em uma comunidade indígena, no meio da Amazônia, pois não encontramos o telejornal e nem as mesmas formas de participar de um determinado gênero em comum, que não faz parte desse horizonte social.

A partir disso, mesmo que não conheçamos um determinado gênero, temos a capacidade de identificá-lo e de nos comportar adequadamente frente a ele. Assim, a competência genérica varia de acordo com os tipos de indivíduos envolvidos. Por meio dessas proposições, compreende-se que a maioria das pessoas possui a capacidade de produzir enunciados no âmbito de determinados gêneros discursivos, mas nem todo mundo sabe escrever uma dissertação filosófica ou um texto jurídico, e com isso, temos uma desigualdade social que marca o desequilíbrio entre as relações discursivas, pois determinados tipos de gêneros como os citados acima marcam um lugar de prestígio na sociedade, porém nem todos os falantes conseguem alcançar esse lugar.

A competência genérica e a enciclopédica impactam o conhecimento da capacidade discursiva, e elas interagem entre si para que ocorra a interpretação. Segundo Maingueneau (2004, p. 45) “a competência exclusivamente linguística não é, portanto, suficiente para interpretar um enunciado: a competência genérica e competência enciclopédica desempenham um papel essencial”, afinal, por meio delas, é possível fazer o levantamento de diversos aspectos do texto e, mesmo que não o compreenda por inteiro, o mínimo conhecimento sobre o gênero é capaz de fornecer informações presentes em seu enunciado.

Dessa forma, a competência discursiva é vista como a capacidade de interação racional (saber) entre os indivíduos, de reconhecer o outro e de construir argumentos e de escolhê-los da melhor maneira. Para Maingueneau (2008), a competência discursiva deve ser afastada do sentido atribuído à gramática normativa, uma vez que “não existe uma língua específica a um discurso, mas enunciados gramaticais do português, submetidos a restrições específicas que fazem com que esses enunciados façam parte desse e daquele discurso” (2008, p. 47).

Assim, formula-se um sistema de restrições semânticas, concebido como um filtro que fixa os critérios, que, em uma determinada formação discursiva (FD), distingue o dizível do não dizível dentro daquela determinada FD. Por esse motivo, esse sistema deve ser encarado como um modelo de competência discursiva, uma vez que, “ser capaz de reconhecer enunciados

como “bem formados”, isto é, “ser capaz de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a sua própria formação discursiva”, é ser pertencente de uma FD e possuir competência para formular suas enunciações por meio dessas. (2008, p. 54)

Diante disso, a competência discursiva envolve os aspectos da língua, como também a historicidade dos discursos, posto que é evidente que os conteúdos, as categorias semânticas, são escolhidos através do sistema que as articula. Ademais, Maingueneau (2008, p. 53) afirma que “os sujeitos não escolhem livremente seus discursos”, visto que eles não conseguem escolher um determinado discurso sem que antes tivessem internalizado muito bem um determinado tipo de prática, e, nesse momento, surge a figura do imitador, uma vez que “trata-se certamente de uma competência, isto é, como no caso daquele que faz imitações de um conhecimento tácito.” (p. 54)

Ainda, o produtor desse enunciado ou desse discurso é, ao mesmo tempo, o leitor de sua produção, e há a identificação dos enunciados formulados por outros que também são decorrentes do seu próprio discurso. No entanto, essa afirmação não recorre à interdiscursividade presente nesta relação entre o enunciatador e seu próprio enunciado. Posto isso, Maingueneau (2008) apresenta a noção de competência interdiscursiva, como sendo

a aptidão para reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da ou das formações(ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro; a aptidão de interpretar, de traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrição (p. 55)

Nessa perspectiva, mais uma vez, detecta-se um discurso que não é absoluto, pois ele não regula todas as traduções de um tipo de discurso para o outro, mas ele se mostra como uma rede de relações aberta e que está em constante mudança. Ademais, não há diferença entre enunciar com as próprias peculiaridades de sua formação discursiva e de não compreender os sentidos do enunciado do outro, pois “o enunciatador de um discurso dado não pode se situar como falseador dos enunciados de seu Outro. Se ele procura “imitá-los”, só poderá produzir textos decorrentes de sua própria competência.” Afinal, a relação com o Outro é simplesmente o reflexo da relação que um discurso tem consigo mesmo, pois, para se construir uma identidade própria, é necessário preferir que o Outro ocupe o espaço do não dizível. Posto isso, a polêmica é uma dimensão de funcionamento da formação discursiva e ela exterioriza-se devido a uma incompatibilidade existente entre dois discursos.

Em linhas gerais, os discursos são formados a partir de uma rede semântica. Ademais, Maingueneau (2008) afirma que o discurso repousa sobre os semas, e esses possuem um lado

positivo, composto pelos “reivindicados”, e o negativo, composto pelos “rejeitados”. Logo, Maingueneau (2008) diz que, em relação às posições enunciativas, estas não podem sair fora de suas relações semânticas, e, quando somos colocados nessa posição, diferentemente dos falsários e dos imitadores, que escolhem aqueles que vão imitar de forma lógica, o enunciador, quando é confrontado com seu Outro, é condenado a produzir simulacros desse Outro, que são formados apenas pelo seu avesso.

Como forma de explicar essas relações, Maingueneau (2008) apresenta um modelo para exemplificar a competência discursiva, os simulacros e as regras da interincompreensão. Dessa forma, se constrói o modelo (M), e dele se extraem dois submodelos, M1 e M2, relacionados a duas funções, F1 e F2, e cada uma se posiciona e evidencia suas particularidades semânticas. É a partir dessas funções que é possível extrair os simulacros, pois elas definem as traduções dos enunciados de cada discurso. Esses simulacros são construídos pelo papel contrário, situado em posições do “discurso agente”.

Em cada um de seus dois submodelos, os semas se organizam em duas classes complementares: os que o discurso reivindica como “positivos” (M1+ ou M2+) e seus contrários, que ele põe como negativos, rejeita (M1- ou M2-). A relação polêmica, como vimos, baseia-se nesta dupla bipartição: cada polo discursivo recusa o outro, como derivando do seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo (2008, p. 64).

A relação polêmica vem das ramificações dos modelos M1 e M2, e Cano e Celestino (2019) apresentam que um dos fatores da polemicidade presente no discurso advém de posicionamentos divergentes ou convergentes aos enunciados desenvolvidos. Assim, esses enunciados do Outro só são compreendidos no interior semântico de quem irá interpretá-lo, como vimos no interdiscurso, Outro é uma interpretação, um simulacro que o discurso analisado tem dentro de si mesmo, ou de um outro grupo que se encontra em seu interior, por exemplo, um discurso machista tratado como uma formação discursiva, que no seu interior é tido como um mesmo, ou seja, ele se retroalimenta e é designado como um Mesmo, e esse Mesmo tem uma representação do Outro.

Para melhor exemplificar essa relação entre o Mesmo e o Outro, tomemos como base o discurso feminista não fora do Mesmo, ou seja, não fora dele mesmo e representado em seu interior, a partir dessa noção ele cria um simulacro do Outro, e esse Outro somente existe dentro do Mesmo para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo. Portanto, o discurso não pode haver-se com o outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói (MAINGUNEAU, 2008).

Dessa maneira, a partir da construção desses dois modelos apresentados para os dois discursos, Maingueneau (2008) sinaliza os operadores de “Concentração”, “Contrariedade”, “Enfraquecimento” e Harmonização”, sendo esses os eixos que estruturam os semas. Para o primeiro discurso analisado, serão usados os operadores de Concentração, Enfraquecimento e Contrariedade. A partir do Quadro 1, a seguir, é possível visualizar essas relações.

Quadro 1 – Competência Discursiva.

DISCURSO x			
M1+	M1-	M1+	M1-
Semas obtidos pela operação de Concentração (c)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não c)	Semas obtidos pela operação de Enfraquecimento (E)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não E)

Fonte: Maingueneau (2008).

O operador concentração (c) é visto como um objeto semântico ideal, pois ele deveria ser detentor de todos os semas e o ponto mais forte de um discurso. Nesse viés, são considerados os semas positivos, M1+, sendo esses os valorizados em maior grau. Indo em sentido oposto, todos os semas apreendidos em M1+ são convergidos ao segundo operador, o de Contrariedade, registrado como (não c) que são engendrados e se associam aos semas M1-, que são o oposto do M1+.

Tomando o operador de Concentração como um lado positivo e máximo da estrutura semântica, efetua-se uma segunda operação, a de Enfraquecimento, registrada como (E), que abrange os semas M1+ e concede a esses um valor positivo e os torna mais flexíveis. Assim, eles representam uma espécie de lado inferior, porém são vistos como um segundo M1+, que são obtidos da operação de Concentração. Ademais, esses semas que são encontrados passam pela operação da Contrariedade, (não E), que designam todos os contrários que são observados na relação de oposição, surgindo um M1-. E o conjunto de semas obtidos dessas relações finais pode ser muito maior que o das duas primeiras.

A operação de Harmonização, registrada como H, permite que sejam gerados semas de M2+, que são semas positivos, a partir de M1, visto que esse operador atua sobre o discurso que é considerado o contrário do primeiro. A partir dessa operação, é possível ultrapassar as oposições entre os registros contrários M1+ e M1-. É importante ressaltar que a operação H não é independente das anteriores, uma vez que ela “associa a todas as duplas de semas contrários de M1 uma imagem em M2+” (MAINGUENEAU, 2008, p. 67). Além do mais, os semas em M2+ se estabelecem fazendo uma relação de contrariedade, ou seja, constrói-se um M2-. Desse modo, tem-se a última etapa e o ciclo se fecha, sendo que um determinado discurso interpreta e traduz M1+ em seu próprio negativo M2-.

No Quadro 2, a seguir, apresentamos como ocorrem as operações trabalhadas.

Quadro 2 – Competência Discursiva.

DISCURSO y	
M2+	M2-
Semas obtidos pela operação de Harmonização (H)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não H)

Fonte: Maingueneau (2008).

É importante ressaltar que os modelos criados tiveram como base dois discursos que, em sua essência, são polarizados dentro do campo religioso Francês: o discurso jansenista e o discurso humanista devoto. Como estamos inseridos em uma área que observa diversos aspectos de um discurso, sejam eles sociais, psicológicos e históricos, é possível pensar que nem todos os discursos que venham a existir sigam as mesmas regras na construção dos semas propostas por Maingueneau (2008). Assim, o analista, ao trabalhar dentro dessa perspectiva de estudo, deve observar as especificações de cada discurso para submetê-las aos operadores.

Os operadores que atuam sobre os modelos do discurso jansenista produzem a polarização dos semas; no caso do humanismo devoto, o operador de harmonização produz semas que são positivos dentro do seu próprio fechamento, mas que não são, ao mesmo tempo, extremamente contraditórios em relação ao primeiro modelo proposto. (SILVA, 2021, p.25)

Maingueneau (2008) afirma que, entre os discursos estudados, existe dissimetria importante, e a necessidade de definir um modelo dialógico não pode fazer com que esse discurso seja reduzido em sua especificidade. Além disso, o autor ressalta que os dois submodelos, M1 e M2, são assimétricos entre si, e isso se deve ao fato de o submodelo humanista não estar submetido ao operador Enfraquecimento. Por conseguinte, partindo de um ponto de vista estrutural, há uma forte coesão semântica do discurso, e com isso a competência discursiva é reforçada.

Qualquer que seja o campo semântico com o qual possa ter de confrontar, o enunciador dispõe de um sistema simples e muito fortemente estruturado. Como já sugerimos, é conveniente ver nesses sistemas não arquiteturas estáticas, mas esquemas de processamento do sentido. Sem cessar, o enunciador se encontra diante de materiais semânticos inéditos; para produzir enunciados conformes à formação discursiva, ele não dispõe de sequências realizadas que deveria imitar, mas de regras que lhe permitem filtrar as categorias pertinentes e fazer com que estruturam os conjuntos dos planos do discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 69).

Ainda de acordo com o autor, podemos afirmar que é importante pensarmos no valor que existe na individualização desse sistema de restrições, pois não podemos enxergar esse modelo como algo fechado em si afinal o “discurso resulta do relacionamento desse sistema com alguns códigos no interior de uma conjuntura histórica, e é isso que individua” (p. 69). Dessa maneira, as escolhas feitas para utilizar este modelo de operação deve partir dos aspectos culturais, históricos e do funcionamento da língua. Em decorrência dessas concepções, o mesmo sistema de restrições pode ser pensado totalmente diferente em um contexto histórico diferente, isso permite pensar e examinar dois discursos em sua existência.

Para melhor exemplificar essa noção dos semas, tomaremos como base as proposições feitas por Silva (2021). Seus estudos apresentaram os semas existentes no discurso veiculado pela mídia relacionado ao estupro de uma menina de 10 anos que procurou a rede pública de saúde para aborto. O assunto gerou muita polêmica, principalmente por parte dos religiosos que se colocaram contra o aborto, e um outro grupo religioso católico que se posicionava a favor. Vejamos o Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Modelo 1 (Operações de Concentração, Enfraquecimento e Contrariedade)
(continua).

DISCURSO DA VIOLÊNCIA – Discurso Religioso
--

M1+	M1-	M1+	M1-
Semas obtidos pela operação de Concentração (c)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não c)	Semas obtidos pela operação de Enfraquecimento (E)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não E)
Crime	Precioso dom da vida	Violência do aborto; Violência sexual; Desafiadora e complexa situação existencial;	Garantia da vida; Sinas do amor de Deus; Violência sexual; Mãe; Crianças

Fonte: Silva (2021).

A Concentração (c), como o próprio nome já diz, é o ponto mais alto dos semas. Como se vê, Silva (2021) representa o ápice como sendo o “crime”, que é utilizado para classificar as operações que são realizadas no Enfraquecimento (E), ou seja, os semas presentes nessa operação são desdobramentos dos semas da operação de Concentração (c), mas esta possui uma dimensão maior que aquela, pois “se apenas os semas de Concentração existissem, não seria possível representar o mundo de outra forma”.

O Enfraquecimento (E) classifica todos os semas que pode se encaixar na operação de Concentração (c), e, nesse caso, Silva (2014) operacionalizou os semas que podem se encaixar dentro do sema maior “crime”: violência do aborto, violência sexual, desafiadora e complexa situação existencial. Para apresentar seus contrários, tem-se a operação de Contrariedade (não c/não E).

O que se classifica, de acordo com o arcebispo, como o lado contrário aos crimes reflete no “precioso dom da vida” (não c), que necessita ser cuidado e preservado. Nesse viés, tudo aquilo que caminha no sentido de preservação da vida deve se encaixar no sema de Contrariedade que se opõe ao Enfraquecimento (não E). Dessa forma, os semas que são apreendidos nessa operação representam o lado oposto (SILVA, 2021, p. 65).

Considerando a operação de Harmonização (H), esse operador atua sobre o segundo discurso. Para deixar isso claro, Silva (2021) utiliza a postagem da ONG “Católicas pelo direito

de decidir”. Esse grupo prega a liberdade de escolha da mulher em relação ao seu corpo. Segundo Silva (2021),

“Na operação de Harmonização são gerados os semas de M2+ e M2-, pois pertencem a um outro discurso. Embora seja um modelo diferente, a Harmonização não é independente dos modelos de M1, pois produz em M2+ uma imagem das oposições encontradas em M1.” (p. 92)

Vejamos o Quadro 4, elaborado pelo autor:

Quadro 4 – Operações de Harmonização.

	M2+	M2-
Oposições (M1+ vs M1-)	Semas obtidos pela operação de Harmonização (H)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não H)
Crime vs Precioso Dom da Vida	Interrupção da gravidez; Saúde Pública; Direito das Mulheres.	Aborto; Violência Sexual; Gravidez forçada.

Fonte: Silva (2021).

Na operação de harmonização há uma coesão semântica forte, uma vez que, nesse modelo, não há uma subordinação ao modelo do Enfraquecimento (E). A Harmonização (H) não designa o que é certo ou errado na constituição dos semas, mas apresenta as restrições semânticas proporcionadas pelos dois discursos existentes.

Visualiza-se, diante disso, uma caracterização dos semas de M1+ como sendo os negativos de M2-. Em M2 a oposição do crime e da proteção da vida é harmonizada nos semas encontrados: interrupção da gravidez, saúde pública, direito das mulheres. Nesse sentido, nega-se o crime, combate-se a violência através dos semas encontrados em M2-. Por sua vez, a garantia da preservação da vida está exposta nos semas de M2+ (SILVA, 2021, p. 70).

Em consonância com essa perspectiva, é nesse ambiente em que se passa a polêmica discursiva, por isso, Maingueneau (2008) apresenta o *discurso-agente*, o qual se encontra em posição de tradutor e o *discurso-paciente*, aquele que está sendo traduzido. Desse modo, se instaura a interincompreensão, pois ela surge em um espaço onde há duas formações discursivas existentes dentro de um mesmo discurso, e o analista escolhe, dentro dessas formações

discursivas, uma para ser o *discurso-agente* e a outra para ser o *discurso-paciente*, sendo que o primeiro age sobre o segundo. Neste momento, não estamos em um espaço de tradução em que o *discurso-agente* se traduziria no *discurso-paciente*, logo faz-se necessário desvincularmo-nos do significado da palavra tradução, pois ela não se trata de uma tradução entre línguas, e muito menos na tradução de um “Outro” em um “Mesmo”. Essa tradução se apresenta como a passagem de uma interpretação a outra, sem se relacionar com a estabilidade linguística. Detecta-se que nessa concepção da tradução que o discurso não se insere numa concepção mal formulada da língua, mas sim em uma interincompreensão problemática que adquiriu em título de nobreza em história das ciências, a da “reduzibilidade” ou “irreduzibilidade” (MAINGUENEAU, 2008).

Posto isso, tem-se a ideia de que o discurso não possui capacidade de interpretar a si mesmo, portanto, evidencia-se a necessidade que exista a presença de um outro para que ocorra a sua atividade-fim, que são as mais variadas construções de sentido. Exemplificando e novamente tomando por base o discurso feminista, este não tem a capacidade de interpretar a si a não ser pelo simulacro do outro, porque existe um ponto de contradição entre eles, e, devido a essa contrariedade existente, o discurso feminista consegue evoluir, pois ele somente se constitui e se interpreta pelo simulacro que ele mesmo cria do outro. Ou seja, todo discurso necessita de um ponto de referência para se constituir como discurso. Em outras palavras, o alto somente se enxerga como alto porque existe um baixo, o feminismo só se enxerga como feminismo porque existe o machismo. Segundo, A. Culioli e J.-P. Desclés (1981), citados por Maingueneau (2008),

Não seria necessário crer que, no interior de uma mesma língua, dois sujeitos trocam necessariamente as mesmas representações. Uma língua é fundamentalmente ambígua. Um enunciador pode então produzir uma hierarquia de representantes; esse arranjo é em seguida analisado pelo ouvinte que, por sua vez, reconstrói uma nova representação, que pode ser diferente da primeira representação desejada pelo enunciador (p. 101).

Assim, a interincompreensão não é o mesmo que uma má compreensão da língua, ou seja, algo mal dito, mas ela se inscreve em algo que adquiriu diversos aspectos sociais e entre eles o aspecto histórico. Na interincompreensão, o enunciador não reconhece a sua não compreensão em relação ao Outro, dessa maneira, ele interpreta a enunciação do Outro a partir das regras da sua própria FD. Segundo Maingueneau (2008),

Quando se considera o espaço discursivo como rede de interação semântica, ele define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não

há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo, isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco (p. 98).

A intercompreensão ocorre em momentos em que há uma limitação no aparelho semântico que permite a interação humana. A partir dessa concepção, faremos uma relação com Bauman (1999), que apresenta estudos sobre a ambivalência e a define como uma desordem ou uma falha nomeada que a linguagem desempenha, quando em interação, não dando conta de regularizar essa lógica no discurso.

Para compreender melhor essas questões, retomamos o estudo feito por Cano e Celestino (2019) que, na sua proposta de pesquisa, trabalharam com a ideia da homossexualidade e com a noção segundo a qual o corpo homossexual se apresenta com traços diferentes do padrão estabelecido socialmente. Devido a essas questões, a sociedade vai exigir que esse corpo seja marcado de uma forma diferente para que ele possa ser enxergado em sua diferença, ou vai exigir que volte e seja “normal” dentro de padrões pré-estabelecidos.

Essa é uma lógica que acontece com uma sociedade heteronormativa, pois, se há uma relação entre dois homens ou duas mulheres, a sociedade estabelece critérios para que esse “corpo” possa ou não existir. Logo, há uma tentativa de assimilação desse corpo na necessidade de dizer quem é o “homem” ou a “mulher” dessa relação e, por mais que esse corpo possa se adequar a determinados padrões, a qualquer momento alguém pode trazer essa ambivalência, pois alguém pode dizer que as pessoas dessa relação são gays ou lésbicas. Logo, a polêmica da interincompreensão é detectada nessa relação ambivalente, pois, a partir do momento que se tem duas FD em concorrência, sendo cada uma fechada em seu próprio sistema de restrições, uma não compreendendo a outra, ocorre esse fenômeno.

Desse modo, os estudos de Maingueneau (2008) procuram apreender a significância discursiva em seu todo. Assim, o autor rejeita a ideia de que os discursos tenham uma base invisível e considera que eles estão apoiados simultaneamente em suas várias dimensões. Esse conceito é apresentado por Maingueneau (2008) no capítulo intitulado A Semântica Global, que não é o foco do nosso trabalho, mas o autor apresenta uma definição importante sobre a semântica e que vai ao encontro do nosso estudo, pois essa é um conjunto de restrições que é definido a partir de uma relação histórica dos discursos e que configura o que pode ou não ser enunciado dentro de uma determinada formação discursiva.

Nesse viés, de acordo com estudos de Maingueneau (2008), todos os planos discursivos são controlados pelas mesmas restrições semânticas, sendo que uma das funções destas é especificar o funcionamento discursivo que é atribuído a cada sujeito. Assim, essa rede de interações semânticas, e as diversas posições enunciativas só são possíveis quando ocorre uma intercompreensão recíproca, pois o “eu” enuncia de acordo com as suas formações discursivas que está ligada a não compreensão do enunciado feito pelo “outro”.

Por conseguinte, nesses atos enunciativos se instaura o que o autor intitula de polêmica, mas essa não é tida como a polêmica corriqueira, ou seja, presente em nosso cotidiano material, pois tratá-la dessa forma poderia trazer um certo reducionismo ao verdadeiro significado da palavra para o discurso. Isso posto, a polêmica habita o interior do espaço discursivo e desempenha um papel importante na construção de formações discursivas.

A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor afastar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. Ela mantém, pois, um duplo laço com o simulacro: pelo fato de que ela mesma é apenas um simulacro de guerra, como o indica seu nome, uma guerra de papel; e pelo fato de que ela não cessa de traduzir o Outro em seu próprio simulacro (MAINGUENEAU, 2008, p. 108).

Segundo Amossy (2017, p. 49), “polêmica é um debate em torno de uma questão da atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importante numa cultura”. Desse modo, ela é uma forma de colocar diversos assuntos em pauta e dar vozes a diferentes discursos, visto que a polêmica é pluralista, afinal permite que determinados discursos ocupem o centro, mesmo quando estão em uma interação polêmica, e isso é uma de suas marcas: a oposição de discursos. Disso decorre o que conhecemos por polarização, pois temos a presença de discursos em lados opostos. Por exemplo, na política temos dois lados antagônicos, a esquerda e a direita, e, geralmente, essa relação se estabelece em uma noção também polarizada de bem e mal social, no qual temos um “nós”, defensores do bem, e um “eles”, defensores do mal. Por meio dessa relação, tem-se a desqualificação do outro, o descrédito da imagem da oposição, um ataque a uma determinada identidade.

Com tal característica, a relação com o Outro é um reflexo da relação que se tem consigo mesmo, e isso traz completude para o discurso. Se, dentro dessa relação, se retira a polêmica, automaticamente a identidade desse discurso, o seu sentido, correria o risco de ser reduzido a tal ponto que poderia deixar de existir. Além disso, a discursividade em si já é algo vulnerável, pois, se assim não fosse, não existiriam contradizeres e refutações em uma relação discursiva.

Segundo Maingueneau (2008, p. 111), “a polêmica sustenta-se com base na convicção de que existe um código que transcende os discursos antagônicos, reconhecido por eles, que permitiria decidir entre o justo e o injusto.”

Dessa forma, a polêmica é uma forma de livrar-se de forma imaginária da disparidade que marca o sujeito que enuncia. Ademais, as traduções dos enunciados estão presas às restrições semânticas, e, como consequência, a intercompreensão surgirá a partir da estrutura de cada formação discursiva, que possui seu próprio sentido e que advém de seu próprio universo discursivo, e definirá o seu modo de se relacionar com outros discursos.

3 CONCEPÇÕES DE DISCURSO, ANÁLISE DO DISCURSO, INTERDISCURSO E SUJEITO

Quando se fala em discurso, abruptamente surgem em nossa mente diversas imagens, sons, narrativas, entre outras relações de construção que estão presentes no cotidiano. E o discurso é, sim, composto por atos de fala, frases, interjeições etc. Entretanto, muitas vezes, e erroneamente, relacionamos a ideia de discurso somente àquelas longas falas em comícios e eventos políticos. Trata-se de uma ideia sobre discurso mais aproximada ao senso comum e que muito pouco se aproxima dos estudos desenvolvidos pela Análise do Discurso, doravante AD.

A Análise do Discurso, devido a essa proporção de relações, é constituída como uma área que se forma a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Dessa forma, a AD é um ramo do conhecimento que estabelece uma relação entre a língua e as questões sociais que a permeiam. Assim, resta imprescindível entender que sociedade e ideologia se relacionam, e, em muitos momentos, essa relação estabelece formas de falar, de dizer e de ler, já que, reiteramos, as questões ideológicas também fazem parte da constituição do discurso e da sua análise, algo que também possui sua marca sócio-histórica.

Nascida em um contexto bastante racionalista e disciplinar da década de 1960, os estudiosos da língua começaram a perceber que seria muito difícil conseguir estudá-la a partir de uma única perspectiva disciplinar. Assim, a Análise do Discurso se instaura já trazendo em sua essência um entendimento transdisciplinar e interdisciplinar, além de manter associações com as condições de produção do discurso, que estão diretamente relacionadas com os processos ideológicos e sociais que estão enraizados nos estudos do discurso. Consequentemente, o processo sócio-histórico faz parte da constituição de qualquer discurso, dado que ele incide sobre a enunciação em diferentes circunstâncias e contextos.

Assim, a AD possui em sua essência uma perspectiva transdisciplinar e interdisciplinar que não possui somente como foco uma metodologia e uma prática teórica. O próprio sujeito é parte integrante desse arcabouço de estudo, principalmente por também ser um conceito cuja delimitação é interdisciplinar, já que, ao observarmos as relações nas quais se envolve o sujeito, nota-se que não há uma pessoa solitária, ensimesmada, mas, sim, alguém totalmente integralizado ao mundo discursivo em que se encontra imerso.

A AD possui como base a Escola Francesa, ou Análise do Discurso de Linha Francesa, cujos estudos são precedidos por reflexões sobre a escrita, articulados ao Marxismo, à

Linguística e à Psicanálise. Logo, a sua base interdisciplinar fica clara a partir dessa tríade. Assim, Brandão (2004, p. 18) diz que

As duas grandes vertentes que vão influenciar a corrente francesa de AD são, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser e, do lado do discurso, as ideias de Foucault. E sob a influência dos trabalhos desses dois teóricos que Pêcheux, um dos estudiosos mais profícuos da AD, elabora os seus conceitos. De Althusser, a influência mais direta se faz a partir de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado na conceituação do termo “formação ideológica” (BRANDÃO, 2004, p. 18).

De acordo com a trajetória histórica da Análise do Discurso e as suas delimitações, ela se articula com diversas áreas do conhecimento, como, por exemplo, a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, e, especialmente, a Linguística. Posto isso, a AD não é uma disciplina isolada, pois ela se instaura a partir do diálogo entre diversas outras disciplinas. Dessa forma, levando em conta o indivíduo na sua história, os processos e as condições de produção da linguagem, a AD têm como primazia a análise da relação estabelecida entre a língua e os sujeitos que a falam e as situações em que o dizer é produzido (ORLANDI, 2015).

Sendo assim, a linguística é a base teórica da Análise do Discurso, mas o discurso não parte de um espaço fechado, como ocorre em algumas perspectivas dos estudos linguísticos, em que a língua se mantém pautada por ela mesma. Ou seja, o discurso parte de um estudo amplo, e isso ocorre porque ele se relaciona com o espaço e o tempo, e conseqüentemente, ele compreende que todo discurso é interpelado pela historicidade que o atravessa, logo, o estudo ocorre a partir da sociedade e seu processo histórico, pois, para a AD, não se pode dissociá-los.

A Análise do Discurso, por ser uma disciplina em constante evolução, tem como foco a língua em funcionamento e a sua produção de sentido. Como já dito, ela delimitou seus estudos no século XX, em meados da década de 60, mas, para ORLANDI (2015), isso ocorreu antes, já que esses estudos estavam presentes em diversas áreas, mas não de forma sistemática. Assim, nessa época, a linguística estruturalista partia de uma visão mais abstrata da língua, ao desvincular seus estudos da historicidade que auxilia na construção de uma frase, por exemplo. A ideia de discurso, logo, irá associar língua, história e produção de sentido, dado que, ao contrário da linguística estrutural, ela irá observar o texto e suas frases além deles mesmos, ou seja, irá buscar detectar os processos históricos e sociais que os formam, e analisar como isso concorre para a produção de sentido.

No Brasil, Eni Orlandi é marco inaugural para a difusão nacional da AD, porque ela apresentou e ampliou as perspectivas desses estudos discursivos, além de ter fortalecido a base

para que outros pesquisadores pudessem desenvolver seus estudos dentro desse espaço. De maneira concomitante, a Análise do Discurso foi tomando outras formas, e isso ocorre devido aos diversos prismas a partir dos quais se pode observar o discurso.

Por isso, dentro da AD existem diversos sub-ramos, como, por exemplo, a Análise Crítica do Discurso, que é um tipo de estudo que se engaja na oposição às estruturas e aos métodos do discurso das elites, ou seja, “os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação” (KRESS, 1990, p. 85).

Outra vertente, de grande importância para a AD é a apresentada pelo filósofo Mikhail Bakhtin, que vê a língua como dinâmica e polêmica, ou seja, ela advém de processos dialógicos que inclui as relações entre os sujeitos e no interior do mundo em que se vive. Logo, esses estudos multifacetados da AD ocorrem devido à complexidade desses estudos e das diversas formas com que eles podem ser abordados.

Nesse sentido, não é possível afirmar quem é o *fundador* da Análise do Discurso, pois, segundo Maingueneau (2015), os feixes de ideias que formam essa ciência advêm de diversas discussões e estudos de diferentes áreas do conhecimento. Um exemplo: dentro da AD de linha francesa, os estudos de Pêcheux se apoiam no marxismo de L. Althusser, na psicanálise de J. Lacan e na própria linguística estrutural. Assim, a AD não é uma disciplina completamente autônoma. Isso não significa que ela não se sustente sozinha, mas, sim, que relaciona seu objeto de estudo com diversas outras disciplinas, já que o seu fundamento é o de apresentar o objeto discursivo como algo que deve ser trabalhado no limiar das divisões disciplinares. Segundo Maingueneau (1995), apud Maingueneau (2007, p. 18),

O discurso somente se torna verdadeiramente objeto de um saber se ele for assumido por diversas disciplinas que possuem cada uma um interesse específico: sociolinguística, teorias da argumentação, análise do discurso, análise da conversação, análise crítica do discurso compreendendo está o conjunto das disciplinas que abordam o discurso.

Dessa forma, Brandão (2004) busca trabalhar o discurso de forma ampla, apresentando os estudos dos formalistas russos que, segundo Maingueneau (1976), abriram espaço dentro das linguísticas para o que hoje é chamado de discurso. Além disso, Brandão apresenta os estudos do estruturalista Harris (1952) que transcendeu as análises, passando a observá-las para além da frase. Ademais, nessa mesma época, E. Benveniste e R. Jakobson desenvolviam trabalhos a

respeito da enunciação, que já expunham as diferenças presentes nas linhas da Análise do Discurso e na forma de detectar as pessoas e as posições dentro do discurso.

Para Maingueneau (2015), o discurso vai além dos atos de fala. O discurso ainda pode ser uma frase, por exemplo, mas ele permite que essa frase ou ato de fala estabeleça relações. Além disso, o discurso interage entre os diversos gêneros discursivos, sejam eles verbais ou não. Outrossim, essa interação discursiva envolve dois ou mais parceiros. O discurso é contextualizado e é um local onde as palavras assumem e passam a constituir esse cenário, que, segundo Silva (2013), “se assemelha a um palco, em que são encenadas as trocas sociais e o que constitui seu valor simbólico, a partir das restrições de espaço, de tempo, de relação de palavras”. Assim, o discurso é constituído por fatos históricos e essa troca linguística aproxima-se da completude de sentido.

Conseqüentemente, para manter-se o discurso completo e com sentido, existem várias normas de produção. Por exemplo, em uma construção de fala em que existe um locutor, automaticamente pressupõe-se que há um interlocutor, ou seja, aquele que produz uma enunciação ou ato de fala depreende que há alguém participando dessa conversa ou recebendo sua mensagem. Logo, os gêneros do discurso se traduzem em normas que geram expectativas nos sujeitos envolvidos na atividade verbal (MAINGUENEAU, 2015). Assim, os atos de fala devem justificar a forma em que é expressado, afinal é necessário legitimá-lo durante o exercício de fala.

Dando continuidade a essa temática, Maingueneau (2015) diz que todo discurso precisa ser assumido por um sujeito. Assim, esse discurso emerge a partir de um EU, que ocupa um espaço de destaque por se portar como uma referência. Dessa forma, o sujeito do discurso passa a formular e a modular suas enunciações de forma que elas podem ser afirmativas, como, por exemplo, “hoje está frio”, ou “pode ser que hoje faça frio”, sendo a segunda a afirmação de uma situação hipotética. Entretanto, mesmo que o enunciador seja o locutor de uma fala, não é possível dizer que ele é soberano e que essa fala pertence exclusivamente a ele, afinal, o ato de fala é dominado pelo dispositivo de comunicação e dele é emergido.

Nesse caso, é importante compreendermos algumas especificidades que compõem o discurso, como o sujeito, ou seja, o criador do ato de fala, e o *eu imaginário* que se vê como o sujeito do discurso. Para isso, utilizaremos alguns pressupostos de Pêcheux (1995), que, para afirmar que não existe um criador do discurso, distingue duas formas de esquecimento do discurso.

O primeiro esquecimento ocorre na ordem da enunciação, assim o sujeito tem a ilusão que o discurso nasce nele. Chama-se de esquecimento porque esse fenômeno ocorre no nível do inconsciente. Além disso, esse primeiro esquecimento resulta também da forma com que somos interpelados pelas questões ideológicas, e, por isso, temos a ilusão de sermos a fonte de determinado discurso, quando, na verdade, o que estamos constantemente fazendo é um conjunto infinito de retomadas de dizeres pré-existentes.

O segundo esquecimento faz referência ao dizer e o representa como sendo sempre do outro. Para Pêcheux (1995), “ele seleciona no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase”, ou seja, um enunciado se repete e, a partir dele, formam-se segmentos, de modo que não há a formação de um novo enunciado. Assim, o sujeito, quando percebe esse enunciado parafrástico, tem a ilusão que há somente aquele sentido atribuído ao enunciado.

Posto isso, o discurso, para se constituir e produzir sentido, surge em meio ao interdiscurso. Dessa maneira, mesmo na mera construção de um pequeno enunciado, para que ele possa ser compreendido, faz-se necessário relacioná-lo com outros discursos, e muitas vezes isso é feito de maneira inconsciente pelos falantes, pois o pensamento e as situações de fala possuem gênese nas relações sociais e, dessas relações, surgem as associações discursivas. Por isso, Maingueneau (2015) considera que

A fala nunca é concebida como o lugar em que a individualidade se põe soberanamente: cada locutor está tomado pela sedimentação coletiva das significações inscritas na língua (Bakhtin), o sujeito está submetido a um descentramento radical, ele não pode ser a origem do sentido (Pêcheux) (p. 28).

Esse mesmo autor apresenta um postulado sobre a construção de sentido dentro do discurso. Para ele o sentido não ocupa um lugar estável ou unicamente relacionado a indivíduos únicos, na verdade ele é construído e reconstruído dentro das práticas discursivas e das relações sociais das quais se originam. Dessa forma, nota-se a presença das condições de produção em que o discurso é construído, e também se evidencia as diversas interpretações que um enunciado pode ter, pois o seu sentido depende do tempo e dos sujeitos que irão utilizá-lo.

Dessa maneira, como já dito anteriormente, o discurso é pensado a partir de relações entre a língua e as questões provocadas por ela em seu exterior. Além disso, é importante ressaltar que essas questões são delimitadas e vistas a partir do olhar de um analista do discurso. Segundo Courtine (2009),

O discurso, como objeto, deve ser pensado em sua especificidade. A adoção de um ponto de vista especificamente discursivo deve evitar, se é verdade que no discurso se estabelece uma determinada relação entre o linguístico e o ideológico, reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre as ideologias; porém, deve levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, produzir a seu respeito às propostas teóricas (p. 31).

Dessa forma, o discurso deve ser observado a partir de toda a sua complexidade, mas é importante ressaltar que o discurso não é algo linear. Foucault (1996) apresenta que o discurso deve ser observado em ordens descontínuas, pois, em determinados momentos, elas se cruzam e se completam e, em outros, se repelem. Além disso, esse autor menciona algumas relações presentes entre o que é discurso e a própria sociedade, principalmente no que diz respeito aos atos de fala e de expressões, pois, segundo Foucault (1996, p. 9), “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”, e isso impacta diretamente as relações estabelecidas do que vem a ser discurso e as suas interpretações ideológicas, pois o discurso é algo que emerge de detalhes e peculiaridades históricas. Segundo Foucault (1996, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Assim, o discurso não é algo aleatório, mas ele obedece a uma instância de poder que o produz e que busca uma vontade de verdade. Além disso, esse discurso não é algo imaterial, pois ele se materializa nas práticas sociais dos sujeitos. Para Foucault (1996, p. 9) “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.”

O discurso é controlado por aqueles que o fazem, a partir dos locais ocupados por esses sujeitos que habilitam e dão forma a esse discurso por meio dos seus atos de fala, que também levam em consideração suas posições sociais. Por isso, Foucault (1996) afirma que, a partir dos discursos, são estabelecidas relações de poder que também estão imbricadas com a construção de um desejo.

Dessa forma, a partir de todas as relações estabelecidas, tudo nos leva a crer que o discurso não é sozinho, mas, sim, que ele é constituído dentro de um imenso interdiscurso, e essa premissa passa a ser verdadeira, pois, em qualquer situação histórica, não é possível delimitar um único discurso como sendo a fonte de todos os outros. Logo, conclui-se que os discursos se constroem dentro de um *universo interdiscursivo*, como é apresentado por

Maingueneau (2008). Assim, partindo dessa premissa, podemos aprofundar este assunto a partir dos estudos desse autor.

3.1 Interdiscurso

Acreditando que o discurso se constrói a partir de relações interdiscursivas, iremos refletir sobre as contribuições de Dominique Maingueneau (2008) para a formação dessas afirmações, referidas como o primado interdiscursivo. A partir de reflexões teóricas decorrentes de uma análise empírica e metodológica, Maingueneau (2008) dá ao discurso uma visão mais radical do que ele vem a ser, o que significa dizer que a “unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (p. 20). Ou seja, os discursos são elegidos pelos falantes de acordo com o contexto histórico em que eles se inserem e de acordo com suas necessidades e preferências naquele determinado momento.

Visto que o discurso se materializa através das relações com outras formações discursivas, Maingueneau (2008) apresenta como princípio básico de suas reflexões o interdiscurso. Esse fenômeno é observado a partir da heterogeneidade do discurso, que ocorre de duas formas: *mostrada* e *constitutiva*. A primeira é perceptível por meio das formas linguísticas selecionadas, enquanto a segunda não é marcada na superfície linguística, e é nela que o interdiscurso se inscreve, pois as suas marcas de dizer se fazem presentes nos enunciados.

Dessa maneira, como o discurso é um espaço de trocas, e isso ocorre de maneira sócio-histórica, para Orlandi (1992) a memória também é vista como um espaço interdiscursivo, assim, é possível dizer que o discurso se encontra no plano da memória, ou seja, em um espaço *dizível*. Além disso, quando refletimos em algo que se encontra na mente, é possível perceber que compreender o interdiscurso não é algo simples, pois a memória permite a criação e a relação entre diversos acontecimentos, afirmações e negações. Assim, tudo que já foi dito por alguém, sobre algo e em uma determinada época impacta em nossa percepção atual sobre determinado discurso e sobre o que já foi dito.

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciativo. Ele se apresenta como série de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso (ORLANDI, 1992, p. 89-90).

Retornando aos pressupostos teóricos de Maingueneau (2008) e para uma melhor apreensão do que é o interdiscurso, foram desenvolvidas as análises a partir da seguinte tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. A interação de todas as formações discursivas é tida como o universo discursivo, e este é um conjunto finito, mas que é bastante amplo e não pode ser compreendido em sua totalidade. Nesse sentido, ele delimita os horizontes que serão estudados em relação ao discurso, dividindo-se em campos discursivos. Tais campos formam “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, se delimitam reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 35).

Ou seja, eles podem estar em embate, aliança ou neutralidade. Além disso, esse recorte entre os campos discursivos nos permite delimitar o objeto de pesquisa e observar as formações discursivas existentes. Assim, um discurso vinculado a um campo específico não se constitui da mesma forma que os discursos de um outro campo, e isso se evidencia através da heterogeneidade existente, pois o campo discursivo possui fronteiras que o delimitam, e, dessa forma, os outros discursos que ocupam esse mesmo espaço serão subjacentes e organizados em função de um discurso maior. Por exemplo, os discursos políticos, do humor e da propaganda funcionam delimitados pelas fronteiras do discurso jornalístico, e não por si próprios. Sendo assim, os campos são recortados em espaços discursivos, que nos permitem compreender o discurso em toda sua concretude.

O espaço discursivo é um recorte que o analista faz dentro do campo discursivo, o qual ele julga relevante para estabelecer um comparativo associando, por exemplo, dois discursos. Para isso, é necessário um conhecimento histórico para se levantar hipóteses, pois não é possível analisar o interdiscurso sem saber a maneira pela qual ele é historicamente constituído. Isso permite que o analista identifique elementos que possibilitem a sobreposição de um ou mais discursos sobre outros, levando em consideração os elementos semânticos, pois são eles que circunscrevem as peculiaridades de um discurso, e que alinham a sua definição com a de outro.

No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. É o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade (MAINGUENEAU, 2008, p. 39).

Portanto, não há como um enunciado reivindicar autonomia em seu discurso, devido à sobreposição do Mesmo e do Outro, pois o Outro é a parte constitutiva da identidade do discurso e ele se encontra diluído na raiz do Mesmo, que não está centrado em si. Assim, os discursos mantêm uma relação de gênese, ou seja, eles estão em simbiose, pois não há um discurso que não dependa do outro e eles se formam no interior do interdiscurso, em que há uma zona semântica que estrutura a coesão dos discursos (MAINGUENEAU, 2008).

Para compreender o interdiscurso, é necessário um olhar mais atento às suas condições históricas e as suas relações com o meio social, que acompanham as formações discursivas. Ademais, os discursos não são traduzidos da mesma forma na sociedade, e, para isso, Maingueneau (2010b) desenvolve o conceito de *atopia discursiva*, e define fronteiras, ao dividir os discursos em *tópicos*, *atópicos* e *paratópicos*.

Os discursos *paratópicos* são aqueles que constroem um sentido a partir de si, ou seja, não necessitam da existência de outro discurso para serem legitimados. O discurso literário, religioso, científico e o filosófico, são os discursos paratópicos apresentados por Maingueneau (2010b). Tais discursos atravessam todos os demais discursos e não necessitam de uma formação inerente. Entretanto, eles não circulam livremente pela sociedade como os demais discursos, pois apesar de serem discursos auto constituídos, os discursos paratópicos necessitam de um suporte para que possam se propagar, e, com isso, detecta-se mais uma vez a interdiscursividade.

Os discursos *tópicos* têm direito de cidadania, pois são reconhecidos e aceitos socialmente, devido à sua recorrência. Como exemplo, podemos citar o discurso midiático e o político. Em adição, é nesse discurso que os outros discursos, tanto o paratópico, quanto o atópico, se manifestam, pois o discurso *atópico* é um tipo de discurso que não pode ser aceito nem legitimado, como é o caso do discurso machista, violento, racista, entre outros. Assim, eles precisam ser camuflados, posto que nenhum indivíduo se declara explicitamente portador desses discursos. Logo, o discurso atópico necessita de outro discurso para existir (MAINGUENEAU, 2010b).

Portanto, os discursos paratópicos e atópicos coexistem no universo discursivo. Porém, o encontro entre ambos só ocorre por intermédio dos discursos tópicos, e é neles que os discursos atópicos se manifestam e os paratópicos são retomados para garantir a legitimidade do enunciado. Assim, os limites existentes entre os discursos são definidos por linhas muito

sutis. Dessa forma, preferimos tratar esse território a partir da ideia de *limiar*, pois os discursos estão se atravessando a todo o momento, sendo inverossímil separá-los definitivamente.

Prosseguindo, as bases a partir das quais Maingueneau constrói suas noções têm fundamento na obra de Bakhtin, porque, para este autor, os enunciados estão em relações dialógicas com fatos passados e presentes de um ou mais sujeitos, e um não existe sem o outro, o que leva à constituição do discurso. Para Bakhtin (2016), todo nosso discurso, ou todo nosso enunciado, como prefere chamar, é composto por palavras do outro, e essas palavras trazem consigo expressões e marcas de que nós nos apropriamos, reinventamos e revaloramos.

Todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Todo enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campos (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera de comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. (BAKHTIN, 2016, p. 57)

Assim, os enunciados, como o interdiscurso, possuem um emaranhado de relações e de diversos dizeres. Posto isso, Bakhtin (2016) retrata o falante não como sendo um Adão, pois, para ele, o próprio discurso é um palco de encontros de opiniões, “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (p. 62). Além disso, o discurso não se liga somente a um passado, ou a algo anterior, mas essas ramificações e relações preestabelecidas permitem que o discurso dê continuidade sequencial, por isso, pode-se dizer que os dizeres tecem uma teia interdiscursiva na qual não se é possível encontrar início, meio e fim.

Posto isso, a Análise do Discurso se reveste de olhos e ouvidos e busca incessantemente compreender o não dito através dos ditos, pois Orlandi (1992) leva em conta os efeitos de um “saber” que não aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos. Assim, o interdiscurso é algo que não pode ensinar, pois é o inerente ao próprio sujeito, ou seja, pertence-o. Considerando as diversas possibilidades de apreender o interdiscurso, suas relações sociais, culturais e ideológicas, como também a relação com o Outro, o discurso ocupa um espaço que é estabelecido pelo sujeito em seu ato de fala, e esse também é capaz de delimitar aquilo que ele deseja ou não que se faça do discurso. O poder de delimitar fronteiras existe, pois o interdiscurso permite olhar para todo esse universo que o interpela e escolher aquilo que deseja

que faça sentido, mas isso não permite que outros discursos sejam apagados, pois eles ainda fazem parte da memória do sujeito.

3.2 Sujeito

A Análise do Discurso, em seus estudos e problemáticas, sempre busca compreender as construções de sentido. De modo igual, para entender como ocorre essa construção, se faz necessário discutir sobre o lugar ocupado pelo sujeito, entretanto, primeiramente, é importante esclarecer que esse espaço não é algo palpável ou concreto, e que o sujeito é proveniente de fatos históricos, ideológicos e linguísticos. Todavia, mesmo ele não sendo corpóreo, não se pode dizer que ele somente existe no mundo das ideias, porque a sua construção ocorre por meio das relações existentes entre os sujeitos discursivos, e, partir dessas, é possível a detecção de algo compreensível, e é essa constatação de significado que configura o sujeito.

Assim, buscando ampliar os conhecimentos a respeito dos estudos da Análise do Discurso, pretendemos, neste momento, tratar das definições de sujeito, a fim de compreender sua constituição. Essas noções da AD, propostas por teóricos como Maingueneau (1997; 2008), e por conceitos apresentados por Helena Brandão (2004), serão importantes para o desenvolvimento dessa competência. Como já retratado anteriormente, a AD é uma área de estudo que integra fenômenos culturais, sociais e históricos, e isso ocorre devido à sua interdisciplinaridade. Logo, a AD não se preocupa somente com acontecimentos puramente teóricos, mas também com a forma com que o sujeito é interpelado pelas questões sociais, afinal de contas, os conceitos teóricos são resultados de interações que constituem o próprio sujeito.

Posto isso, para se compreender o sujeito é necessário inicialmente retomar alguns conceitos sobre discurso. Sabe-se que o conceito de ideologia está presente na formação do discurso. Segundo Brandão (2004), “pode-se afirmar que o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico”. Dessarte, as formações ideológicas possuem em sua raiz várias formações discursivas e isso instaura uma pluralidade de sentidos. Portanto, são as formações discursivas que permitem que o sujeito se constitua como parte da sociedade e se posicione à frente de uma realidade em que ele aceita ou repele determinada ideologia.

O conceito de FD regula, dessa forma, a referência a interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. E a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar as palavras, "falar diferentemente falando a mesma língua". Isso leva a

constatar que uma FD não é "uma única linguagem para todos" ou "para cada um sua linguagem", mas que numa FD o que se tem é "várias linguagens em uma única" (BRANDÃO, 2004, p. 49).

Dessa maneira, Brandão (2004) percorre um caminho histórico para moldar as concepções de sujeito, e, preliminarmente, ela apresenta postulados que trazem questões sobre o sujeito e o relaciona com a subjetividade. Ampliando os conceitos de discurso, sujeito e subjetividade, Maingueneau (1998) diz que:

—é praticamente impossível encontrar um texto que não deixe aflorar a presença do sujeito falante. Esse último inscreve continuamente sua presença no seu enunciado, mas essa presença pode ser mais ou menos visível. Ao lado de textos saturados de marcas da subjetividade enunciativa, há outros em que essa presença tende a se apagar, em particular aqueles que dependem do plano não embreado. Entre esses dois extremos, há toda uma gradação. As marcas linguísticas dessa subjetividade são múltiplas. Kerbrat-Orecchioni propõe chamá-las de subjetivemas (1980, p.32). Evocaremos, em particular, dois domínios: os embreantes e as palavras portadoras de avaliação positivas ou negativas. Mas a noção de subjetividade não tem o mesmo sentido nos dois casos. Para o primeiro, é uma questão de ponto de marcação de expressões que se referem à realidade extralinguística. Para o segundo, trata-se de tomadas de posição do enunciador (MAINGUENEAU, 1998, p. 133)

Assim, a subjetividade é vista como a unicidade do sujeito, ou seja, sua própria capacidade de se colocar como precursor do seu discurso. Ou seja, no instante em que esse sujeito se posiciona dentro de um enunciado, passa-se a existir um “eu” que faz emergir um “tu” e ambos passam a protagonizar uma enunciação. Esses dois sujeitos são colocados em posições de pessoa, sendo o *eu* uma pessoa subjetiva e o *tu* uma pessoa não subjetiva. Ainda, a partir dessas relações, encontramos a figura do *ele*, mas esse não é visto como uma pessoa, portanto, se encontra fora do encadeamento entre os sujeitos da relação enunciativa, e, por isso, não faz parte da subjetividade. Logo, pode-se inferir que essas relações do sujeito se formam a partir de um ambiente de comunicação, e, muitas vezes, tem como precursora a própria linguagem e a torna tangível.

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo tu e que me diz tu (BENVENISTE, 1976, p. 286).

Maingueneau (2015) traz uma relação estreita entre o primado do interdiscurso e o sujeito, pois esse, quando ocupa um lugar de fala, nunca ocupa um espaço soberano, pois ele é interpelado a todo momento por diversas questões sociais, e isso o torna descentralizado, porque ele não pode ser toda fonte da construção do sentido. Sendo assim, essa noção de

descentramento do sujeito ainda paira pela relação entre o “eu” e o “outro”. Brandão (2004) apresenta que temporalidade é uma marca expressiva presente no sujeito, pois ele é marcado historicamente e temporalmente, tornando-se essencialmente histórico. Assim, suas falas são recortes de representações históricas e, com isso, surge a noção de um sujeito ideológico. “O sujeito do discurso é, de fato, ao mesmo tempo sujeito ideológico, na sua relação com o sujeito do saber que assegura o enunciado, e sujeito falante, por poder enunciar os elementos do saber dessa formulação” (COURTINE, 2014, p. 96).

O sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo). (BRANDÃO, 2004, p. 59)

Assim, pode-se dizer que é por meio da linguagem que o homem se constitui como sujeito. Além disso, para Pêcheux (1995), não existe um pertencimento do sujeito a si mesmo, pois ele se constitui a partir daquilo que o determina, ou seja, o indivíduo é interpelado pela identificação com uma formação discursiva dominante, pois o sujeito é dominado por algo sobreposto a ele e pré-constituído, e isso significa que o sujeito é assujeitado em seu próprio discurso.

Como já dito, o sujeito se constitui a partir da relação com o outro e o sentido resulta de sua inserção em uma formação discursiva. Além disso, tem-se diversas formações discursivas e a construção de sentido pelo próprio sujeito que transita entre elas. Assim, o sujeito do discurso apresenta dentro de debates diversas representações individuais a respeito de si, mas isso somente é possível porque ele enxerga a si mesmo a partir do outro. Segundo Todorov (1981), citado por Brandão (2004), “só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro”.

Em razão dessas relações, detecta-se a presença de um sujeito que também se relaciona com o inconsciente. Brandão (2004) apresenta o sujeito como sendo uma entidade heterogênea e complexa, que se constitui através de uma relação com o inconsciente freudiano, “Inconsciente que, concebido como a linguagem do desejo (censurado), e o elemento de subversão que provoca a cisão do eu” (p. 67). Assim, o inconsciente é um espaço onde ocorre a impossibilidade do indivíduo ser dono de si, e isso faz com que o sujeito escape da centralidade, pois ele não pode controlar o seu saber inconsciente (Pêcheux, 1995).

Assim, o sujeito discursivo sempre irá trazer marcas em seus atos de fala, pois ele é histórico e ideológico. Ou seja, ele sempre irá transmitir suas opiniões e se posicionar em relação aos fatos, afinal esse é o papel ocupado por ele na sociedade. Dessa maneira, Pêcheux (1995) afirma “o lugar do sujeito não vazio”, que é preenchido pela forma-sujeito, ou sujeito de uma formação discursiva. A partir dessa forma-sujeito, o sujeito associa-se a uma determinada formação discursiva. Segundo Pêcheux (1995, p. 167) “a forma-sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência”. Portanto, a forma-sujeito é responsável pela integração-ocultação dos constituintes do interdiscurso, e isso aponta para os elementos de constituição do sujeito.

Pêcheux (1995) apresenta a posição-sujeito, em que o sujeito universal é interpelado e se constitui como sujeito ideológico e, no momento em que se identifica com o sujeito enunciador, ele assume uma posição. Para Foucault (1987, p. 59). “as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos”. Logo, essa definição nos lembra do lugar social ocupado por alguém, e esse é um ponto de apoio para a formação e prática discursiva. Isso, nos remete, por exemplo, ao discurso político, relacionando-o a uma unidade de sujeito homogênea, por ser um sujeito que possui determinadas peculiaridades, contínua, por manter uma determinada estrutura, e representar um determinado espaço social. Entretanto, fixando-se somente na figura do sujeito, tem-se ele como heterogêneo e disperso, pois suas manifestações podem ocorrer em diferentes locais e esferas discursivas, ou seja, uma “descontinuidade dos planos de onde se fala” (FOUCAULT, 1987, p. 61).

Erving Goffman (2012) afirma que, a partir da linguagem, é possível detectar a imagem social que cada sujeito tem de si nos momentos de interação, e a imagem que os outros, centrada em seu exterior, têm dele. Assim, a constituição desse sujeito ocorre a partir da noção do “eu” e do “outro”, em cada ambiente que esses atuam. Dessa forma, pode-se dizer que o indivíduo interage com o outro a partir de encenações, portanto, o papel desempenhado pelo sujeito é determinado pela plateia que o assiste.

Tomando as concepções de Goffman (2012), tem-se o conceito de “representação”, que é a atividade de um indivíduo caracterizado por sua presença constante diante de um grupo de espectadores, sobre os quais exerce alguma influência. De tal modo, pode-se dizer que o sujeito agirá de maneira premeditada buscando transmitir algo aos outros. Ou seja, desde o início dos processos interativos, o sujeito prende-se àquilo que pretende excluir, e ao que propõe ser.

Goffman (2012) chama essa constituição de sujeito de *fachada*, e esse termo é subdividido em *fachada social*, que traz especificações que são comuns a todos os sujeitos pertencentes ao mesmo grupo social, de modo que a fachada se torna uma representação da coletividade, e em *fachada pessoal*, que intimamente qualifica o próprio sujeito, referindo-se à sua posição social no grupo em que se insere.

Dando sequência, quando se fala em representação, tem-se a noção de *status*, que se relaciona com a classe social ocupada pelo sujeito. Assim, temos as concepções reais e ideais que os sujeitos representam e dos atributos que são importantes para o seu papel. Portanto, a fachada pessoal corresponde à fachada social, mas a representação dessa pode corresponder a uma posição inferior ou superior àquela. Nessa linha, nota-se uma discrepância entre a fachada pessoal e a fachada social em sua representação.

Nos momentos de interação frente a frente, Goffman (2012) apresenta o conceito de expressão, que são os modos pelos quais a representação acontece e tem-se a presença da linguagem verbal e da não verbal. Quando ocorre esse tipo de representação, a imagem do sujeito corre o risco de se romper, caso ocorra discordância com a realidade alimentada. Dessa maneira, o sujeito em ação busca sempre modular seus gestos, sua entonação de voz, mesmo inconscientemente, tentando transmitir a face que lhe interessa. Assim, o sujeito busca incessantemente demonstrar a face desejada, pois, se existe uma representação falsa, na presença dos mínimos sinais, os outros sujeitos participantes podem perceber a encenação e descaracterizar esse sujeito “quando descobrimos que alguém é um impostor descobrimos que ele não tinha o direito de representar o papel que desempenhava e não era um ocupante credenciado da importante posição social” (GOFFMAN, 2012, p. 60).

Portanto, os sujeitos e o discurso são interpelados pelas questões ideológicas, sociais, históricas e é por meio delas que se relacionam entre si e constituem sua identidade, representada pela fachada pessoal e social, presentes na vida social. Dessa forma, os diálogos estabelecidos pelos sujeitos, desde o início de suas vidas, provocam diversas transformações, pois, a partir desse momento, passam a partilhar experiências e modificações constantes por meio dos seus atos de comunicação. Assim, o sujeito, como já dito, se constitui de fatos históricos, logo, ele é impregnado por uma historicidade, mas não é o mesmo sujeito de tempos atrás; pode-se dizer que existe um sujeito em evolução. Orlandi (2015), retomando os estudos de Haroche (1987), aponta que a forma-sujeito atual é diferente da presente no passado, e essa afirmação é clara, pois cada período histórico é constituído de uma nova história.

O sujeito moderno é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado pela exterioridade e determinador do que diz: essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de sua vontade, não só dos outros mas até de si mesmo, bastando para isso ter poder e consciência (ORLANDI, 2006, p. 20).

Com tal característica, o que se tem é um sujeito de direitos, dotado de uma suposta liberdade que lhe é garantida por meio de leis ordinárias e constitucionais. Porém, ainda se nota um sujeito assujeitado, pois sua liberdade ainda está condicionada a algo, no caso, as leis. Desse modo, o sujeito perpassa por diversas faces, sendo ele um sujeito inconsciente quando busca determinadas faces em um passado que sobrevive em sua história, e ao mesmo tempo consciente, ao querer modular sua aparência frente ao outro. Assim, o sujeito sempre observa o outro e constantemente também é observado por ele.

4 DISCURSO DA VIOLÊNCIA, DISCURSO POLÍTICO E A INSTÂNCIA MIDIÁTICA

A partir do percurso teórico realizado no qual já apontamos as definições de discurso que embasamos nossos estudos, buscamos tratar agora as *condições de produção* do discurso. Como já apresentamos, o discurso em sua infinitude se constitui dentro de um enorme interdiscurso. Além disso, os estudos do discurso envolvem questões históricas e sociais, então o estudo das *condições de produção* se apresenta como essencial para a compreensão do discurso e do interdiscurso, pois, esse, por sua vez, se constitui a partir de relações com discursos anteriores a ele.

Posto isso, as *condições de produção*, doravante CP, é tida como um instrumento de estudo pelo analista, uma vez que, por meio dela, é possível construir interpretações sobre o sujeito e as situações que o acometem ou acometeram. Ou seja, por meio da delimitação das CP, o analista consegue compreender a história, as questões sociais e ideológicas que acometem o discurso e auxiliam na formação do sujeito. Entretanto, não se pode pensar que esse é um caminho linear de estudo, visto que estamos frente a um sujeito complexo em sua formação e a um discurso multifacetado.

4.1 Sobre o conceito de condições de produção

Para Pêcheux (1997, p. 74), o processo de produção do discurso é definido como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”. Dessa maneira, pode-se dizer que as ‘circunstâncias’ são determinantes no momento da produção de um discurso, assim esse é sempre pronunciado através das circunstâncias de um dado momento específico, por exemplo, no meio político constantemente ocorrem reafirmações de determinados discursos: pense que há um partido A e um B, e esses são opostos. Cada um desses partidos possui seu porta-voz, que busca representar os interesses de um determinado grupo, ao qual pertence. Dessa forma, as posições que esses sujeitos ocupam dentro desses espaços são completamente diferentes. Agora, pense no orador A falando para o grupo do orador B, ou vice-versa. Isso terá efeitos diferentes se esses oradores estiverem falando para os grupos aos quais pertencem.

Continuando, esses efeitos de sentido diferentes ocorrem devido às *condições de produção*, pois elas estão relacionadas com a imagem que os sujeitos têm de si e que têm em

relação ao outro, e isso ocorre porque há uma situação concreta historicamente já determinada na essência que forma esses sujeitos falantes.

Ao assumirmos as perspectivas anteriormente tratadas, mostra-se como é importante e como se faz necessário compreender a noção das *condições de produção*. Courtine (2014) aponta três áreas que propiciaram seus estudos e têm sua origem na ordem de análise de produção de conteúdo, relacionada à psicologia social, tendo como objetivo a produção de textos. Além do mais, privilegia os “serviços” que a psicologia pode propiciar à Análise do Discurso e que a relação existente entre essas duas ciências se aproxima da *sociolinguística*, que é a segunda ordem trabalhada.

A *sociolinguística* desempenha um papel indireto, segundo Bright (1966), citado por Courtine (2014, p. 46), pois ela irá “evidenciar o caráter sistemático da co-variância das estruturas linguísticas e sociais e, eventualmente, estabelecer uma relação de causa e efeito”, logo, ela permitirá investigar como variáveis sociológicas influenciam o estado social do emissor e do destinatário, juntamente com as condições sociais de comunicação e os seus objetivos.

O caráter de origem indireta que a sociolinguística tem referente à noção de CP do discurso parece-nos comprovado pelo fato de que a tradição sociolinguística americana, tal como ilustrada em Bright (1966), ou em Fishman (1968), ou ainda em Pride & Holmes (1972), ignora a AD, considerando apenas, a respeito do discurso, os problemas relativos ao bilinguismo ou então à etnografia da comunicação. O fato de que parâmetros sociolinguísticos sejam admitidos como CP do discurso fazem parte, pois, de sua reinterpretação no quadro da “análise sociolinguística francesa do discurso”, ao mesmo tempo que de sua analogia com as variáveis constitutivas do plano das CP do discurso, tal como as definem os psicossociólogos na prática da análise de conteúdo. (COURTINE, 2014, p. 46)

A terceira origem das *condições de produção* se situa nos escritos de Z. Harris (1952), *Discourse Analysis*. Essa possui uma origem implícita, pois o termo condições de produção não está evidente no artigo do escritor, ele o apresenta por meio do termo “situação”, concatenado à noção de discurso. Essa situação observava as frases de único discurso e a forma como elas se formavam uma após a outra, pronunciadas ou escritas por uma ou mais pessoas, em uma determinada “situação”, e também as correlações entre as particularidades de cada indivíduo. Harris conceitua “as particularidades de personalidade que provém da experiência do indivíduo em situações interpessoais condicionadas socialmente” (1969 apud COURTINE, 2014, p. 47). Assim, partimos do pressuposto de que o objeto de estudo que ele chamou de “situação” foge ao aparato linguístico.

Segundo Courtine (2014), assumir isoladamente os trabalhos de Harris relacionados à “situação” se apresenta como algo insuficiente, mas, relacionando os três trabalhos desenvolvidos, a análise de conteúdo, a psicologia social ou a sociolinguística acabam por admitir as CP do discurso. Observou-se que esses estudos almejam identificar as “características individuais de um enunciado” e as “situações interpessoais”, de modo que se conectam com as definições que a linguística declara como o sujeito da enunciação e a situação de enunciação.

Segundo Maingueneau (2006, p. 250), “A situação de enunciação não é uma situação de comunicação socialmente descritível, mas o sistema no qual se definem as três posições fundamentais do enunciador, do co-enunciador e da não pessoa.” Com tal característica, não se pode confundir a enunciação como sendo um lugar físico, social, uma vez que ela assume uma posição abstrata que é preenchida na atividade comunicativa. Portanto, de acordo com Cano e Nascimento (2011, p. 399) “a cena de enunciação é apreendida no interior do enunciado e possibilitada pela referenciação poderosa dos dêiticos. São eles os responsáveis pela construção espaço-temporal e pessoal legitimada pelos enunciados.”

Ainda relacionado com o trabalho de Harris, nota-se uma descoberta espontânea das *condições de produção do discurso*, sendo que “a representação do exterior do objeto linguístico inscreve-se “espontaneamente” na caracterização psicossocial de uma situação de comunicação. Esse conjunto de considerações reforça efetivamente o caráter de origem direta que atribuímos à psicologia social na formação da noção de CP” (COURTINE, 2014).

Nesse sentido, detectam-se as articulações linguísticas, de algumas ciências sociais e humanas que integram o discurso. Por isso, é evidente uma multidisciplinaridade da AD, colocando o discurso no campo da complementaridade. Entretanto, nessa articulação das CP tem-se a presença de duas faltas:

A noção de CP constitui o mais certo sintoma: a psicologia social à qual falta a possibilidade, ao caracterizar o enunciado, de se sustentar sobre a base material da língua, o que não falta à Linguística; a Linguística, por sua vez, para a qual faz falta uma “teoria do sujeito da situação”, ou seja, das CP do discurso, invoca as disciplinas psicológicas e sociais. (COURTINE, 2014, p.14)

Dessa maneira, um texto e as suas construções de sentido, juntamente com as suas *condições de produção*, que dependem diretamente do contexto situacional e do sujeito, se apoiam na psicologia e na sociologia. Assim, segundo Courtine (2014), os estudos sobre as CP se dividem em definições empíricas e definições teóricas. As definições empíricas são

materializadas nos trabalhos de Pêcheux (1969), segundo R. Jakobson, citado por Courtine (2014) a partir de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos a sociologia pode descrever” (p. 18). Esses lugares determinados sempre estão presentes no discurso, principalmente quando se pensa em lugar de fala, mas o que se esquece é que esses lugares já fazem parte de um imaginário discursivo, que atribui posições para um remetente e ao seu destinatário, sobre si e sobre o outro.

Nesse viés, é importante ressaltar que não há hierarquia entre os planos históricos, psicossociológicos e linguísticos, assim, a noção de CP é empírica e heterogênea, e se apoia nas experiências vividas e em diversos planos de estudos teóricos. Além disso, as *condições de produção* do discurso são tidas como instáveis, de modo que se detecta sua semelhança com o objeto de estudo da AD, ou seja, o próprio discurso.

O caráter heterogêneo e instável da noção de CP de um discurso faz dela, nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma psicologização espontânea das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso” o que equivale também a situar no “sujeito do discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito (COURTINE, 2014, p. 51-52).

Diante do que apresentamos, Courtine (2014) apresenta um impasse em seus estudos: de um lado, encontramos as maneiras de fazer com que a pragmática auxilie na análise do jogo das interações verbais, e, do outro, a intenção de que definições de CP do discurso coincida com a situação de enunciação.

Ao considerar os posicionamentos assumidos por Courtine (2014), tem-se a pragmática como algo que traz uma generalização para as análises, que possui como foco os fenômenos discursivos. Assim, os parceiros da enunciação seriam tomados apenas pela situação discursiva e enunciativa, não considerando aquilo que é uma primazia das CP, os fatos históricos e sociais.

Além disso, para Courtine (2014) a pragmática se realiza em duas metáforas, sendo que a primeira se reduz ao ambiente teatral e esse é analisado de maneira circunstancial, que permite alcançar uma unidade do discurso, pois a argumentação ocorre na própria teatralidade. A segunda metáfora é do *combate*, que se refere mais especificamente ao discurso político, e, nesse momento, as CP já não estão mais em um ambiente teatral, mas passam a ocupar um espaço de uma luta de boxe, que possui uma abordagem psicossocial do “conflito político”.

Nesse sentido, o discurso político possui uma face puramente pragmática, que é um meio de ação, e busca atrair a atenção dos interlocutores por meio de sua estratégia de interação e suas finalidades, como também as relações entre os interlocutores presentes nesse discurso. Posto isso, cabe à AD identificar e delimitar as ações no interior desse discurso, e, assim, estabelecer as articulações entre a linguística e a história. Ademais, as relações que são estabelecidas nesses discursos são representadas por uma série de “imaginários sociodiscursivos”, e isso permite que o locutor precipite as representações do locutor em relação ao seu discurso.

Diante de tudo que foi exposto, detecta-se a importância da historicidade em relação ao discurso, afinal as *condições de produção* do discurso se originam de um processo histórico e social que faz parte do sujeito, como um conjunto de saberes que circulam entre os protagonistas da linguagem. Assim sendo, as práticas sociais e os pontos de vista, que são determinados e diferentes em cada espaço da sociedade, auxiliam em uma compreensão mais profunda das práticas discursivas. Isso demonstra a importância de não analisarmos um discurso de forma imediata, mas, sim, olhar para ele de maneira mediada e amparada por fatos que se relacionam com a história e com questões psicossociais, pois, dessa forma, conseguiremos produzir sentidos mais adequados sobre as práticas discursivas sociais e os elementos que as compõem.

4.2 O discurso da violência

Como optamos por estudar a interincompreensão polêmica do discurso, buscamos, a partir de então, tratar como ela propicia a formação da violência no discurso. Primeiramente, é importante compreender o que é violência, mas para isso é necessário sermos flexíveis, pois a violência não se inscreve como sendo um único ato e nem se delimita como sendo somente a prática de agressões físicas, e, assim como o discurso, que também se modifica juntamente com a sociedade, o mesmo ocorre com as definições de violência. Além disso, cada grupo presente na sociedade pode enxergar a violência de formas diferentes. É o que afirma Cano (2012, p. 25), “esse fenômeno toma contornos diferenciados de acordo com o grupo que o define, a época em que ocorre e a percepção das pessoas sobre seus sentidos.”

Dessa maneira, é necessário esclarecermos o que chamamos de *violência*. A violência possui diversos desdobramentos e integra diversos setores da sociedade. A primeira definição da violência será a apresentada por Odalia (2012, p. 11) como sendo a que “se estende do centro à periferia das cidades”. Quando tomamos esse conceito de violência, a temos como algo mais

palpável, pois essa violência está presente na conjuntura social e na formação das cidades, e que muitas vezes se apresenta de forma mais radical, de modo que geralmente está tipificada em normas penais e são puníveis em juízo.

Refletindo sobre as condições de produção do discurso da violência, percebemos que tal discurso possui uma dimensão histórica importante, pois, com o decorrer dos anos, foram se construindo visões diferentes sobre a violência. Dessa forma, tomando como referência a história, Odalia (2012) apresenta o homem medieval que teme as trevas, porque ela remete àquilo que é assustador, ignorado e que lhe perturba a mente, e também apresenta um contraste entre o claro e o escuro que carrega uma noção de bem e mal. Ademais, esse contraste estava presente nas relações da época, na qual se tinha de maneira muito incisiva a presença da igreja e da fé cristã, porém existia uma contradição entre o que era pregado pela igreja e pelos próprios fiéis, e o que era praticado por eles, pois aqueles que não compartilhavam dos pensamentos da igreja eram condenados às violências mais brutais como morte pública, fogueira para purificação e entre outras atrocidades. O que reafirma esse contraste entre o bem, e o mal é que esses *atos de violência* serviam como espetáculos para homens, mulheres e crianças que os assistiam com morbidez, e ao final retornavam para suas casas, como se fosse algo comum e no outro dia continuavam com as suas rotinas, piedosos e contritos com as badaladas do sino da igreja.

Apesar da Idade Média ser conhecida como idade das trevas, não devemos tratá-la como sendo a pior época já vivida, porque a violência não é uma especificidade somente desse momento. Indo não muito distante, no Brasil viveu-se a violência de forma escancarada, e que deixou e deixa resquícios e marcas profundas, que foi o período da escravidão, o qual subjugou o ser humano e o tratou como coisa que poderia ser vendida, trocada e escravizada. Nesse período, mais uma vez, tem-se a presença forte da igreja que bebe e bebia em tradições greco-romanas, por isso, segundo Odalia (2012, p. 17), “não devemos jamais esquecer, contudo, que a tradição clássica greco-romana, onde orgulhosamente a cultura ocidental vai buscar suas raízes, é tão carregada de violência quanto os impérios que o precederam”.

Dessa maneira, podemos dizer que as violências físicas são detectadas de uma maneira mais fácil, pois, geralmente, elas deixam marcas visíveis. No entanto, Yves Michaud (1989) separa a violência em dois grandes grupos, de um lado *atos de violência*, de outro, *estados de violência*. Essa proposta foi criada por Michaud (1989) para tentar contemplar as duas formas perceptíveis de violência, pois o autor identificou que o conceito de *violência* como ato não é

suficiente para sua compreensão, bem como para explicar suas diversas manifestações. Assim, ele nos apresenta uma definição que conta de *atos* e *estados de violência*.

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 11).

Dessa forma, a *violência*, para ser concebida, necessita de critérios, de observações e de pontos de vistas, sejam eles jurídicos, institucionais e até mesmo pessoais. Posto isso, fica de fora a noção de uma *violência* precipuamente normativa “a violência é portanto assimilada ao imprevisível, a ausência de forma, ao desregramento absoluto” (MICHAUD, 1989, p. 12). Por essas razões é que sua definição se torna tão complexa, afinal ela carrega consigo um certo caos, uma desordem, e assim, um afastamento das normas e regras. A partir dessas relações de profunda anomia, acaba por gerar a insegurança que se encontra diretamente relacionada com as discussões sobre o aumento da violência, e, mais uma vez, é nítida a relação entre a violência e o caos.

A sociedade é permeada pelo discurso da violência, pois este se encontra presente em noticiários, livros, reportagens, cinema, como também nota-se a violência para com grupos vulneráveis e minorias, principalmente por parte daqueles que tinham o dever de resguardá-los. Dessa forma, essas ações trazem ainda mais insegurança e o caos para o seio da sociedade. Odália afirma que a violência é tão presente que “pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma de ver e de viver o mundo do homem” (2012, p. 9), isto é, não é possível viver em sociedade sem perceber as diversas formas de *violência*, seja ela sutil, e de difícil percepção, ou física.

Em consequência das diversas faces da *violência*, Michaud (1989) apresenta os *atos de violência* que são as formas mais perceptíveis dessa, sendo que ela pode ser vista, tocada, sentida. Ou seja, podemos dizer que é uma visão da violência mais normatizada, presente no direito penal, por exemplo, pois os *atos* são imputados como físicos, algo que pode ferir um bem jurídico tutelado, assim temos *atos* vindos por meio de ações violentas que podem levar à morte, e a dor é sentida pelo corpo físico.

Já os *estados de violência* são relacionados a uma ausência de uma prestação positiva, fundamental, muitas das vezes, relacionada com a dignidade humana, pois em sua raiz os *estados de violência* ferem a moral, trazem a divisão de classes, causam a morte, não de uma

maneira direta, mas sim de uma forma negligente. É importante salientar, sobre os *estados* e os *atos de violência*, que um não se sobrepõem ao outro, ou seja, um não é mais ofensivo que o outro. No entanto, corriqueiramente, privilegiamos um ao outro, não no sentido de torná-lo mais importante, mas sim de não conseguirmos enxergar os *estados de violência* como sendo realmente violência, pois a sua detecção em muitos momentos é quase imperceptível. Assim, para perceber essas duas divisões da violência, é necessário darmos conta de vários fatos, e, por isso, Michaud apresenta uma abordagem sociológica desses dois fenômenos:

- a) A violência não é apenas o enfrentamento aberto de dois adversários, mas o efeito de uma empresa anônima na qual todo mundo subtrai à responsabilidade (genocídios do século XX, campos soviéticos e nazistas)
- b) Das diversas modalidades de produção de violência segundo os instrumentos em causa. Não é a mesma coisa matar com a própria mão, fuzilar e assinar uma ordem de bombardeio. Os progressos tecnológicos se orientam no sentido de uma violência produzida indiretamente por meios cada vez mais “limpos”
- c) Pode matar, deixar morrer de fome ou favorecer condições de subnutrição, pode-se fazer desaparecer um adversário ou afastá-lo progressivamente da vida social e política através de uma série de proibições profissionais e administrativas. Aqui aparece claramente a distinção entre estados e atos de violência. Supõem situações de dominação que abrangem todos os aspectos da vida social e política e se tornam, assim, cada vez menos passíveis de localização
- d) Dos diferentes tipos de danos que podem ser impostos: danos físicos mais ou menos graves, danos psíquicos e morais, danos aos bens, danos aos próximos ou aos laços culturais. Aqui também, rapidamente a situação torna-se inextricável. Os prejuízos materiais e físicos são considerados mais importantes, nem que seja porque são visíveis, mas as perseguições morais e psicológicas, a intimidação reiterada, os danos sacrílegos às crenças e aos costumes também podem ser graves. (MICHAUD, 1989, p. 11)

A mídia, hoje, é um dos meios de maior propagação discursiva, pois ela atinge uma quantidade enorme de pessoas e de forma muito rápida, e a *violência* está muito presente em suas informações. Além disso, a mídia é um meio que abarca diversos tipos de discursos, sejam eles jornalísticos, científicos, filosóficos e políticos. Para melhor exemplificar essa *violência*, tomaremos como base o discurso político, pois detectamos *estados de violência* gerados por um tipo de intolerância política semelhante ao que ocorreu no período da ditadura militar, o qual tivemos uma polarização política muito grande e marcado por *atos de violência* em que pessoas foram feridas fisicamente e muitas perderam suas vidas, como também tivemos os *estados de violência*, marcado pela violência moral e psicológica, e a negligência com as prestações fundamentais.

A violência política é muito marcada na relação existente entre os dois lados opostos, e constantemente textos jornalísticos fazem essas marcações nos discursos políticos atuais, o que leva a população a lembrar da época da ditadura, trazendo para a atualidade uma realidade que não foi vivida por eles. Podemos relacionar essas concepções com a notícia publicada pelo Correio Braziliense, que teve como manchete “Ameaça à democracia brasileira é real, afirmam especialistas”¹, uma vez que essas afirmações trazem a certeza de algo, se cria um *estado de violência*, ou seja, cria um *estado* de medo em muitas pessoas, mesmo que esse indivíduo nunca tenha vivido uma ausência de democracia.

Isso acaba por acarretar *atos de violência*, pois este ambiente de insegurança política causa uma polarização extrema, e várias vezes, os *estados de violência* são convertidos em *atos de violência*, pois as agressões físicas acabam sendo vistas como uma forma de repelir um fato que não chegou ocorrer. Por exemplo, no dia 03 de julho de 2021 o movimento feito pela iniciativa “Frente Povo sem Medo” coordenado por Guilherme Boulos (PSOL) que tem como iniciativa a “Campanha Fora Bolsonaro”, toda manifestação ocorreu de forma pacífica, porém ao final um grupo de manifestantes incendiou uma agência bancária, atirou pedras na Universidade Mackenzie, em pontos de ônibus e agrediram os seguranças do metrô em atos contra o governo Bolsonaro², e dessas ações, oito trabalhadores tiveram lesões leves. Tal atitude é reflexo de afirmações como “ameaça à democracia”, pois o *ato violento* acaba sendo uma forma de demonstrar que determinados acontecimentos não serão aceitos pacificamente, afinal, o medo leva o ser humano a tomar atitudes violentas para repelir uma possível agressão. Dessa forma, é importante ressaltar que a conversão do *estado de violência* em *atos de violência* não significa que aqueles deixam de existir, mas sim que estes são gerados por esse *estado*.

Ações como essas, que levam à violência física, são relacionadas a indivíduos que vivenciaram esses momentos de caos, mas a forma com a qual a mídia propaga estas informações relacionadas a esses *atos de violência* acaba instaurando um medo generalizado, já que isso dá origem a diferentes *estados de violência*, sendo estes recepcionados por diversas pessoas e por formas diversas.

¹ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4939146-ameaca-a-democracia-brasileira-e-real-afirmam-especialistas.html>>. Acesso em: 16 nov. de 2021

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/03/grupo-de-vandalos-incendeiam-agencia-bancaria-apos-ato-contra-o-governo-bolsonaro-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 16 nov. de 2021.

A *violência* atravessa gerações e acompanha suas histórias e culturas. Com o passar dos anos, ela foi sendo percebida em diversas esferas, e, como exemplo, tem-se o *bullying*, que, durante muito tempo, foi considerado uma brincadeira, ou algo relacionado à idade, pois ele está presente, principalmente, nas escolas.

O bullying diz respeito a atos de violência que são possíveis em relação à força do indivíduo contra o outro, mas, para além disso, também a violência psicológica praticada por indivíduos ou grupos, que se colocam em uma posição acima daqueles que se consideram inferiores ou diferentes. (CANO, 2012, p. 28)

Este tipo de *violência* agora é notado porque a mentalidade da sociedade se modificou e começou a perceber os danos causados pelo *bullying*. Atos que, antes, eram considerados simples brincadeiras, hoje, não são mais tidos como tal, pois é possível perceber os transtornos que os apelidos e exclusões têm causado, não só em crianças, mas também em adultos que sofreram com os *atos de violência* na infância ou ainda sofrem na fase adulta, pois é muito comum que pessoas que reproduziam ou passaram por violências desse tipo se tornem ou continuem reproduzindo esses *atos de violência* e provocando *estados de violência*, visto que propiciam danos psicológicos tanto em quem sofre/sofreu, ou o medo de sofrer naqueles que não passaram por essas situações.

Outra *violência* muito comum é a imposta às mulheres quando elas são subjugadas e colocadas em uma posição inferior e fútil, como pessoas sempre preocupadas com aspectos da vida tidos como superficiais, como a preocupação com a vestimenta e com um ideal de corpo. Tais relações são feitas até mesmo quando elas ocupam um lugar de importância, mas são representadas como faxineiras, donas de casa (posições tidas como tipicamente femininas e inferiores). Para melhor exemplificar essas situações, existe uma reportagem da *Folha de S. Paulo*, que se refere à ex-presidente Dilma Rousseff³ como alguém que se ocupava da limpeza do Palácio do Planalto, e não com a gestão administrativa e governamental de um país. Isso é muito marcado pelo uso do item lexical faxina, o qual o redator da reportagem não se preocupou em utilizar entre as aspas, como uma forma de evidenciar que não se tratava de uma faxina no sentido literal. Tal relação é ainda reforçada pelas imagens presentes na notícia, conforme a Figura 1.

³ Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18851&keyword=Dilma%2CFAXINA&anchor=5718645&origem=busca&originURL=&pd=3dda5f7dc71ff49467f2aa831decd19a>>. Acesso em: 21 dez. de 2021.

Figura 1 – Faxina nos Ministérios.



Fonte: Acervo folha Digital: Ministro Cogita sair e suspende convênios. Página A5 (2011).

Muitas pessoas, ao lerem essa reportagem, irão notar um fundo humorístico, descontraído, mas o que realmente ocorre é um tipo de *violência* muito sutil e que é subvertido pelos traços humorísticos presentes na reportagem, e que utiliza, principalmente, de meios imagéticos para ressaltar o humor. Isso nos mostra que a percepção social sobre os tipos de *violência* ainda se encontra em construção. Apesar de dizermos que os estereótipos estão presentes no meio social, muitas vezes ainda não conseguimos perceber a formulação desses estereótipos negativos, que, em suas recorrências, acabam por gerar um *estado de violência*.

Odália (2012, p. 22) relata que a percepção das variadas formas de *violência* não é algo fácil de se obter, pois a *violência* é etiquetada, e ocupa um lugar delimitado pela sociedade e pelas suas crenças. Então, romper com esse etiquetamento, bem como observar as diversas faces violentas, é algo que necessita de um trabalho mais profundo para auxiliar o indivíduo a ter um olhar mais cuidadoso sobre essas questões sociais que, por muito tempo, passaram despercebidas.

O ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação. O mais óbvio dos atos violentos, a agressão física, ao tirar a vida de outrem, não é tão simples, pois pode envolver tantas sutilezas e tantas mediações que pode vir a ser descaracterizado como *violência*. A guerra é um ato violento, o mais violento de todos; talvez, contudo, esse caráter essencial parece passar a ser secundário se o submergirmos sobre razões que vão desde a defesa da pátria, às incompatibilidades ideológicas. Matar em defesa da honra, qualquer que seja a honra, em muitas sociedades ou grupos sociais, deixa de ser um ato de violência para se converter em um ato normal-quando não moral-de preservação de valores que são julgados acima do respeito à vida humana. (ODALIA, 2012, p.22)

Dessa forma, é possível localizar a *violência* em diversos outros lugares que fogem da noção de etiqueta. Estas noções são movidas pelas condições históricas e sociais, como dogmas, culturas, tradições e leis explícitas ou implícitas, que por vezes mascaram a *violência*. Odália (2012) afirma que a *violência* é presente na vida em sociedade, pois essa sempre foi violenta e, por mais que o tempo passe, imperiosamente se encontrará essas ações.

Retomando alguns fatos históricos, Odália (2012) apresenta como sendo o primeiro exemplo bíblico de *violência* a expulsão de Adão e Eva do Éden. Ele reconhece essa forma de *violência* devido ao fato de Adão e Eva não conhecerem o bem e o mal, e só passarem a conhecê-lo por infringir uma norma, dada por alguém superior, que era a de não comer da árvore do fruto proibido, pois, se eles comessem, certamente morreriam. Assim, ao comer o fruto proibido, homem e mulher tomam conhecimento do bem e do mal e são expulsos do jardim por Deus. A violência, nesse caso, não está na expulsão do paraíso, mas, sim, no fato de ela ocorrer frente a pessoas ingênuas, e com a “fixação de regras e normas de conduta que amesquinham e diminuem o homem, sem que ele disso tenha consciência” (ODÁLIA, 2012, p. 23).

Saindo desse espaço no qual o homem foi vítima de uma norma desconhecida, atualmente, ele é quem tem instituído as normas e regras e estabelecido o que é permitido e o que é proibido. Odália (2012) afirma que o conjunto de leis vigentes em um determinado país é uma forma de institucionalização da violência, e elas acabam por consagrar até que ponto as *violências* são aceitas. Assim, a *violência* é social e faz parte da vida em sociedade, mas cada corpo social elege e cristaliza um tipo de *violência*. Temos, por exemplo, a *violência* presente no trânsito, que gera um *estado de violência* e até mesmo *atos de violência*, e esse problema é desencadeado por diversos outros, principalmente pela miséria, pois os assaltos, os roubos e os furtos que ocorrem no trânsito engarrafado são reflexos de uma *violência* institucionalizada que vem de uma ausência da concretização de direitos fundamentais que gera um *estado de violência*.

Portanto, mesmo o discurso da violência se fazendo tão presente, ele não ocupa o lugar de algo que pode ser dito, que pode ser retratado, pois ele não é aceito. Ninguém nunca se intitulará ou se assumirá como violento, por isso, tantas vezes esse discurso se utiliza de uma máscara humorística e de outros recursos para se difundir no meio social. Maingueneau (2008) intitula esse tipo de discurso como atópico, ou seja, não legitimado, porque, para que ele atinja a sociedade, ele necessita de um discurso tópico, aceito, e, dessa forma, esse discurso violento deixa de estar marginalizado e é subvertido por meio de um discurso legítimo. Assim, o discurso da violência se encontra em páginas de jornais, nas redes sociais, em textos de leis e nos próprios tribunais, que são incumbidos de julgar os responsáveis por *atos de violência* penalmente tipificados. Esse discurso se materializa nesses espaços e em outros, e, por vezes, gera *estados de violência*.

4.3 O discurso político e os meios de comunicação

O fenômeno político tem sido observado por diversas disciplinas como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, entre outras, mas nenhuma delas conseguiu esgotar esse objeto de estudo. Uma evidência disso está na constatação de que os estudos sobre a política se iniciaram com Platão, o qual discutia questões sobre a democracia ateniense e defendia uma argumentação eloquente para lutar pelos direitos das *polis*. Logo, questões que envolvem a política fazem parte das discussões desde o início das civilizações.

As ações políticas fazem parte da sociedade e são elas que organizam as relações sociais e permitem que o coletivo tome decisões. Esse espaço de tomada de decisões leva-nos às instâncias políticas e à cidadã. Segundo Charaudeau (2011) a primeira instância assume a realização da ação política, enquanto a segunda se ocupa da escolha dos representantes no poder. Nesse fazer político verificamos a presença de manobras argumentativas utilizadas políticos, Charaudeau (2011) afirma que vivemos em um mundo de máscaras e na presença de diversos atores, no entanto, nem sempre essa imagem criada por esses atores se refere a algo malicioso, mas, na maioria das vezes, a uma interpretação.

Assim, os políticos organizam seus discursos com o intuito de convencer a população, e, dessa maneira, legitimar suas ideias, crenças e ideologias, buscando construir uma melhor imagem de seu governo e de si. Entretanto, não se pode afirmar que tais crenças e ideais não se apoie em ideias pertencentes ao senso comum. Por isso, Charaudeau (2011, p. 101) relata que

As condições de argumentação podem ser consideradas, como dito anteriormente, em sua perspectiva persuasiva, isto é, não se trata tanto de desenvolver um raciocínio lógico com abordagem explicativa ou demonstrativa, que tende a elucidar ou a fazer existir uma verdade, mas de mostrar a força da razão. O desafio aqui não é o da verdade, mas o da veracidade: não o que é verdade, mas o que eu creio ser verdadeiro e que você deve crer verdadeiro. Também as condições de argumentação que acompanham a encenação dos valores são, por sua vez, simplificadas ao extremo.

As estratégias discursivas existentes por trás do jogo de máscaras presente no discurso político, ao serem lançadas no meio social, são capazes de persuadir a plateia à qual se destina. O discurso proferido pelo orador é capaz de convencer os ouvintes e fazer com que suas palavras sejam aceitas, possibilitando o surgimento do consenso entre aqueles que partilham as mesmas ideias e opiniões. Todavia, elas também podem ser rejeitadas e refutadas, inviabilizando o consenso e dando lugar ao conflito.

O discurso político se desenvolve por meio das habilidades do orador de persuadir o seu público alvo, da capacidade de desenvolver argumentos a partir de uma tese que seja aceita. Nesse viés, o ser político demonstra sua capacidade de argumentar, pois ele utiliza esse fenômeno com intuito de defender seu ponto de vista, levantar propostas e até mesmo para defender-se de algum ataque e justificar determinadas atitudes. Assim, os atores políticos necessitam dominar as palavras e as interpretações buscando um papel que legitime suas atitudes e ações. Sobre isso, Maingueneau (2005, p. 138)

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir. O ethos está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso e não ao indivíduo real, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é, portanto, o sujeito da enunciação uma vez que enuncia o que está em jogo aqui.

Dessa maneira, o discurso político tem como ponto de partida a busca pela verdade, mas não somente uma verdade para si, e, sim, uma verdade que convença o outro, uma vez que ele necessita impor sua verdade e mantê-la viva, e isso não é algo fácil, pois a verdade está constantemente sendo ameaçada. Logo, essa verdade faz parte de um jogo de significação, pois cotidianamente ela sofre uma construção e uma desconstrução, já que a verdade política só se desconstrói pela desconstrução do outro e também se constrói pela construção desse outro, porque esse discurso faz parte de uma dinâmica social e ideológica.

Por isso, segundo Charaudeau (2011) a análise do discurso político, desde o princípio, se preocupou com o materialismo histórico e com as teorias das ideologias e, ao final, se apropriou de um trabalho mais crítico, relacionado com o conceito de formação discursiva. Sendo assim, buscou-se relacionar a linguagem com os pressupostos ideológicos que fazem parte da linguagem. Hodiernamente, os estudos do discurso político perpassam por diversas esferas e buscam relacionar vários métodos de estudo, como, por exemplo, o estudo do léxico, a análise de corpora e a investigação do posicionamento dos atores políticos, relacionada às suas ações locucionais.

As questões existentes dentro do discurso político atual são controladas pelos meios de comunicação. A mídia desempenha um papel fundamental na construção do discurso político, pois, no momento, ela se tornou uma das principais formas de propagação desse discurso. Charaudeau (2011, p. 52) apresenta que todo discurso se constrói em um espaço de trocas simbólicas, que se organizam de acordo com relações de força existentes entre os discursos que se propagam, como também por intermédio dos mecanismos de encenação da linguagem, o autor intitula essas relações de contrato de comunicação.

Conforme Charaudeau (2007, p. 67), “todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca, na qual ele surge”. Ou seja, as situações comunicacionais dependem do referencial para que as trocas de palavras sejam orientadas para influenciar, seduzir ou agredir, possuam um valor em seu ato de linguagem. Esse referencial está diretamente relacionado com as restrições estabelecidas ao locutor e interlocutor, que ocorrem de forma intencional. Assim, o quadro das restrições é caracterizado pelo contrato de comunicação, o qual estabelece as trocas languageiras que são divididas em dados externos e dados internos.

Os dados externos estão relacionados com as práticas sociais e comportamentais de cada indivíduo. Ademais, esses podem ser reagrupados em quatro categorias: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo, sendo estas pertencentes a uma condição de produção languageira. A identidade está relacionada com termos de natureza social e psicológica e baseia-se na pergunta “quem fala a quem”. A finalidade requer que o ato de linguagem seja ordenado em função de um objeto e pauta-se na pergunta, “Estamos aqui para dizer o que?”. O propósito demanda que todo ato de comunicação se construa em torno de um domínio de saber e pauta-se na pergunta “Do que se trata?”. E, por fim, o dispositivo requer que o ato de comunicação se construa de maneira particular de acordo

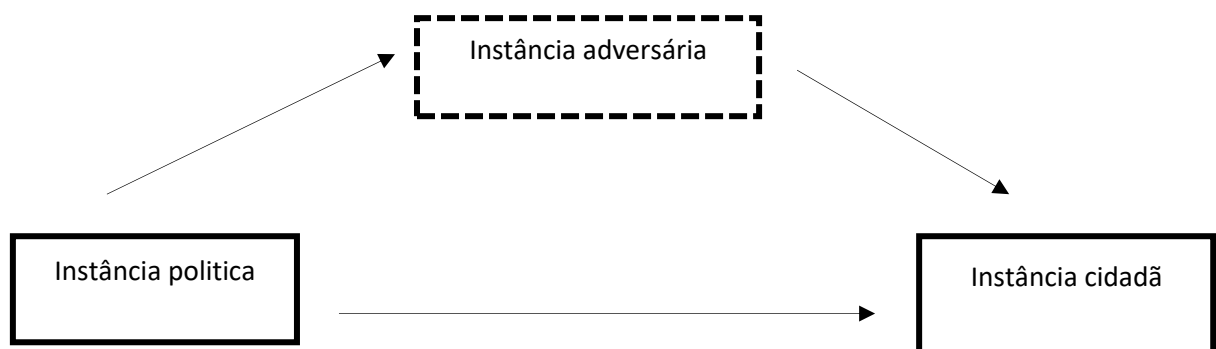
com as circunstâncias materiais que o definem e se apoia na pergunta “Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?” (CHARAUDEAU, 2007, p. 69-70).

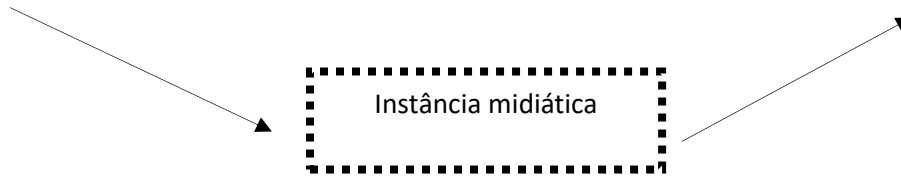
Já os dados internos são, puramente, o discurso e pautam-se na pergunta “como dizer?”. Assim, os dados externos são determinados através de seus comportamentos dos parceiros de troca, linguagem utilizada, em função das formas verbais, ou seja, da real significação do discurso, que ocorre a partir da percepção dos comportamentos linguageiros dos dados externos. Além disso, os comportamentos dos dados internos são divididos em três espaços: de locução, de relação e de tematização.

A locução é o espaço no qual o sujeito falante “toma a palavra”, mas ele deve justificar tal atitude (em nome de quê), deve se afirmar como sujeito falante e, ao mesmo tempo, como interlocutor. A partir disso, o sujeito deve construir uma *relação* entre a sua identidade de locutor e interlocutor, seja ela de aliança, exclusão ou inclusão. O espaço da tematização é onde é tratado ou organizado o domínio do saber, do tema, da troca, sendo eles predeterminados por instruções da troca. O sujeito falante deve tomar uma posição com relação às condições expostas pelo contrato de comunicação, escolhendo um modo de intervenção e de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2007).

Observando o contrato de comunicação exposto por Patrick Charaudeau (2007), na comunicação política as pessoas devem ser vistas como sujeitos, pois, nesse ambiente de interlocução, eles apenas desempenham seu papel social. Por isso, o autor usa a noção de *instância*, para distanciá-la da imagem de pessoa física. Observe o Esquema 1, abaixo:

Esquema 1 – As instâncias e suas relações (continua).





Fonte: Charaudeau (2011)

O esquema acima representado apresenta uma relação entre a instância midiática, que envolve os diversos meios de comunicação, e a instância política. A partir do esquema, detecta-se a presença de uma relação de influência, pois a instância política se relaciona com a instância cidadã, mas como o intermédio dessa relação temos a presença de uma instância adversária.

Explicitando a importância de cada instância, há a política, que ocupa um lugar de poder, no qual os atores que a formam tem a função de “fazer”, isto é, têm o papel de decisão e de ação. Na maioria das vezes, ocupam um espaço de governança e buscam constantemente a legitimidade de seus discursos e feitos. Em contrapartida, aparece a instância adversária, que ocupa o mesmo espaço da instância política, pois possui uma função de poder e de tomadas de decisões e ações, ou seja, ambas as instâncias são movidas pelos mesmos sentimentos e objetivos.

A instância cidadã, que é compreendida a partir do sentido democrático, ou seja, em sentido amplo, é definida por Charaudeau (2011, p. 58) como “aquela que se encontra em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo”. Ela é um espaço julgador, uma vez que é ela quem julga as ações feitas e propostas pelos atores políticos, pois se forma a partir da relação entre sujeitos simbólicos que buscam questionar a legitimidade dos discursos dos atores políticos e, nessa instância, também há a presença de discursos de reivindicações, quando eles, por exemplo, protestam contra medidas da instância política. Eles exibem, também, um comportamento de sanção, quando elegem os atores políticos, e de interpelação, quando essa instância questiona as ações da instância política.

A instância midiática ocupa um espaço de aliança, afinal, atualmente, os meios de comunicação se tornaram a principal forma de acesso às informações vindas da instância política, ou seja, a instância midiática é a aliança entre as instâncias, pois ela ocupa um espaço de mediador.

A política passou a depender da mídia de forma categórica, uma vez que as tecnologias auxiliam para que os discursos sejam propagados de uma maneira mais rápida e também alcancem o maior número possível de cidadãos. No entanto, quando a instância política se

dispõe a utilizar a instância midiática, automaticamente ela permite que essa instância faça modificações em seus discursos, seja na eloquência, seja até mesmo na forma com que eles serão retratados, pois, assim como a instância política, a midiática também se utiliza de um jogo de encenações.

Dessa forma, ao mesmo tempo que a instância cidadã buscar legitimar as ações da instância política, ela é influenciada pela instância adversária e pela instância midiática. Assim, entre as quatro instâncias existe um elo de interdependência.

5 METODOLOGIA DO TRABALHO

A trajetória feita nos capítulos anteriores se relaciona diretamente com a metodologia que priorizamos no decorrer de nossa pesquisa. Para fazermos as análises do *corpus*, limitamo-nos à tríade discursiva estabelecida por Maingueneau (2008). Assim, a partir do universo discursivo, selecionamos como campo discursivo a mídia, especificamente a rede social *Twitter*, e, como espaço discursivo, o discurso político. Primeiramente, escolhemos essa temática de discurso, por acharmos plausível e pelo fato de o *Twitter* ser uma mídia de fácil acesso e de rápida circulação. Como vivemos em uma sociedade que privilegia a informação e as discussões políticas sempre são muito latentes, optamos por analisar as discussões suscitadas pelo *Twitter* com enfoque nas eleições de 2018.

Como já mencionado anteriormente, analisamos o discurso a partir do prisma da relação interdiscursiva que existe entre o *discurso político* e o *discurso midiático*, mas o nosso enfoque não é no *discurso midiático* em si, mas, sim, na interincompreensão polêmica presente em suas publicações com relação aos discursos políticos, especificamente, entre a esquerda e a direita. Nessas relações polêmicas também buscaremos averiguar a existência do *discurso da violência*.

O primeiro passo que adotamos para analisar as competências sinalizadas foi compreender como ocorre a construção do *discurso da violência* nas relações políticas. Dessa maneira, propusemo-nos a observar os atos de fala, os vocábulos utilizados e os recursos para velar a *violência* que reverbera em determinados momentos, e, assim, explorar os dois fenômenos apresentados por Michaud (1989): os *atos de violência* e os *estados de violência*.

Além disso, buscamos também compreender como a interincompreensão polêmica, postulada por Maingueneau (2008), impacta diretamente nas relações existentes entre os discursos e acaba por gerar a *violência*. Além do objetivo geral, por meio de todo aparato teórico exposto, buscamos compreender como os conceitos elencados por Courtine (2014) e Orlandi (2015) contribuem para o surgimento das condições de produção desses discursos, e por fim, objetivamos detectar como esses conceitos históricos, sociais e culturais se enquadram no *corpus* em análise.

Para mostrar todas as competências elencadas, fizemos um levantamento teórico que funcionasse como um apoio para nossa análise e nosso olhar que deve ter como base a tríade discursiva de Maingueneau (2008), observando as relações interdiscursivas existentes entre o

discurso midiático, o discurso político e a interincompreensão polêmica existente entre os discursos.

Nesse processo, houve a necessidade de escolher um veículo midiático de grande alcance. Por isso, escolhemos o Twitter, por ser um suporte de grande relevância na atualidade, e é importante salientar que a escolha do material proveniente desse ambiente ocorreu após a leitura de notícias publicadas em jornais e por ter sido reservado um espaço somente para publicações de cunho político, intitulada “O Poder”. Diante disso, selecionamos como análise piloto a publicação que ocorreu em 06 de setembro de 2018, que noticia o atentado sofrido pelo atual presidente Jair Bolsonaro. A notícia foi veiculada na *Folha de S. Paulo* com a seguinte manchete: “Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora”⁴. Nesse atentado, temos uma relação muito clara relacionada à violência, pois esse tipo de agressão é muito comum e ocorre corriqueiramente nas cidades, principalmente em zonas de periferia. Michaud (1989) intitula esta forma de violência como *ato de violência*, no entanto, o nosso foco não é o ato em si, mas, sim, o que ocorreu anteriormente a esse *ato* que gerou tal atitude.

No mesmo ano do atentado, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria com diversas frases polêmicas pronunciadas pelo então presidente Bolsonaro, que tem como manchete “11 frases polêmicas de Bolsonaro”⁵. Para compor nossa análise, escolhemos uma frase que foi emitida em 2018, na qual o presidente disse a seguinte frase: “vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem de ir para lá”. Detecta-se que nesse discurso está presente um tipo de violência muito claro, pois o ato de fuzilar nos remete à morte violenta. Como já elencamos em nosso aporte teórico, discursos violentos, por mais que não venham de fato a ocorrer, provocam o medo de que determinada situação possa realmente acontecer. Com isso, a oposição faz manifestações contra o atual presidente, por exemplo, o ex-candidato a presidente Haddad refere-se ao governo como algo terrível. Nas manifestações que ocorreram em 2021, em uma entrevista, ocorrida durante a realização de manifestações contra o governo, ele disse o seguinte: “Essa desgraça de governo tem que acabar antes da eleição”⁶.

⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-leva-facada-durante-ato-de-campanha-em-juiz-de-fora.shtml>>. Acesso em: 22 dez. de 2021.

⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 22 dez. de 2021.

⁶ Disponível em: <<https://aovivo.folha.uol.com.br/poder/2021/10/02/6076-manifestantes-vao-as-ruas-pelo-pais-em-novos-atos-contrabolsonaro-acompanhe.shtml>>. Acesso em: 22 dez. de 2021.

A partir desses discursos, detecta-se uma interincompreensão polêmica latente, ou seja, velada. Quando tal violência é percebida, ela passa a ser vista como algo comum entre lados opostos. Entretanto, essa interincompreensão tem gerado, muitas vezes, *estados e atos de violência* que fogem daquilo que podemos considerar como normal ou aceitável em uma sociedade. Assim, o objetivo de nossas análises é detectar como a interincompreensão se faz presente no discurso político e a forma em que ela auxilia na construção da *violência* no discurso.

Portanto, as notícias selecionadas para nossa análise se prestam a mostrar, de forma didática, o *discurso da violência*, e como ocorre sua constituição no discurso político. Também buscamos apresentar as condições de produção desses discursos, a historicidade presente nessas relações polêmicas e a constituição dos sujeitos nestes ambientes políticos opostos, e, por fim, evidenciar como ocorre a interincompreensão.

No entanto, ainda que tenha sido o jornal o que nos despertou para percorrer o caminho proposto em nossas análises, será o Twitter que as embasará, pois por meio dele, é possível detectar a maneira com que frases tidas como violentas são recepcionadas por usuários da rede, e, assim, tentaremos apreender como são provocados os *atos e os estados de violência*, e a forma com que se instaura a interincompreensão polêmica.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO: INTERINCOMPREENSÃO POLÊMICA NO DISCURSO DA VIOLÊNCIA

No ano de 2018, especificamente no mês de setembro, uma notícia muito repercutida pela mídia gerou diversas discussões: o atentado contra a vida do atual presidente Jair Bolsonaro. Durante um ato de campanha na cidade de Juiz de Fora, em que Bolsonaro era carregado por apoiadores, um homem se aproximou dele e o feriu com um golpe de faca, segundo o portal de notícias G1.

A Polícia Federal, em entrevista, contou que o então candidato era escoltado por policiais e que o suposto agressor havia sido preso. O advogado do suspeito disse que ele assumiu a autoria do atentado, e que, segundo ele, a sua intenção não era a de matar Bolsonaro, mas, sim, a de lesioná-lo, e que seu ato teve como estopim “motivações religiosas, de cunho político”⁷.

O caso foi motivo de diversas discussões e gerou até mesmo uma dúvida entre os eleitores, que suspeitaram de que a facada poderia não ter ocorrido de verdade, podendo ter sido fruto de uma encenação. Adélio, o suposto criminoso, teria dito ao G1 que ele fez isso pois suas ideias eram divergentes das de Bolsonaro e que ele não teve ajuda de ninguém para agir. Segundo o jornal, o suposto agressor é formado em pedagogia e era filiado ao PSOL, e já tinha passagem pela polícia por lesão corporal.

No Twitter, a página do G1 fez o seguinte tweet, apresentado na próxima página:

⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>> Acesso em: 23 dez. de 2021.

Figura 2 – Printscreen do Tweet publicado pela página do G1 no Twitter.



Fonte: Da autora (2022)

O tweet⁸ acima apresenta um tipo de *violência*, pois segundo Michaud (1989, p. 11), ela pressupõe uma interação entre os atores e pode causar danos de forma direta ou indireta, a uma ou a várias pessoas, em diversos graus de intensidade, e que pode ser moral ou física. No caso, o Tweet acima noticia uma agressão física de fácil percepção, que é socialmente conhecida como uma espécie de violência, e que Michaud (1989) chama de *atos de violência*. justamente porque ocorre um ferimento no corpo físico de alguém.

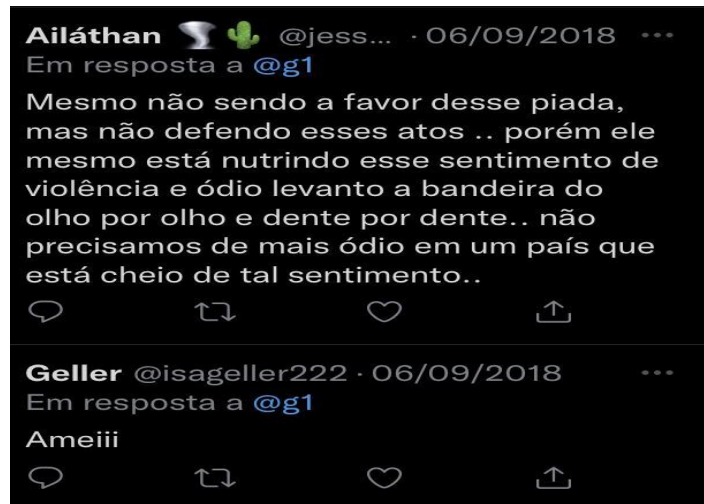
A publicação veiculada pelo G1 em seu perfil no Twitter gerou diversas discussões entre os internautas. Vários comentários feitos por usuários da rede buscavam justificar o *ato de violência* sofrido por Bolsonaro, uma vez que essas justificativas eram decorrentes das suas falas, que, muitas vezes, incitam ao ódio.

Isso também é constatado por Michaud (1989), quando ele relata que a violência pode agir direta ou indiretamente, atingindo uma pessoa ou um grupo, logo detectamos que esse acontecimento reverberou de diversas formas e impactou os cidadãos de uma forma negativa,

⁸ Tweet é uma mensagem publicada no Twitter que contém texto, fotos, um GIF e/ou um vídeo.

pois nota-se que a violência ecoou de forma também violenta, uma vez que a contrarresposta é também um tipo de violência. Vejamos:

Figura 3 – Printscreen de comentários feitos no Tweet postado pelo portal G1 em sua página.



Fonte: Da autora (2022)

Como é possível notar, um internauta se posiciona contra tal atitude, mas consegue perceber e justificar o que leva alguém a agir dessa forma, afirmando que o país já está cheio de ódio e não precisa de mais ninguém espalhando ainda mais esse sentimento. Entretanto, o usuário apresenta esse tipo de comentário se posicionando de forma contrária, mas sua frase é marcada por um conectivo de adversidade, “porém”, que representa uma ação de contrariedade, no sentido de que o internauta não é a favor desse tipo de ato violento, mas ele (Bolsonaro) procurou por isso através de suas ações, logo, deve aceitar as consequências.

A partir dessa afirmação, nota-se que esse sentimento vem crescendo no seio da sociedade, especialmente na esfera política (há um longo tempo), afinal, essa polarização sempre esteve presente no Brasil. Entretanto, segundo uma reportagem feita pela BBC News⁹, desde as eleições presidenciais de 2014, as relações entre a direita e a esquerda se tornaram muito mais inflamadas, de modo que isso acabou saindo da esfera política e se tornando algo praticamente pessoal, no qual as pessoas pertencentes a determinados grupos atacam aqueles que possuem pensamentos contrários, e isso tem acontecido de maneira crescentemente

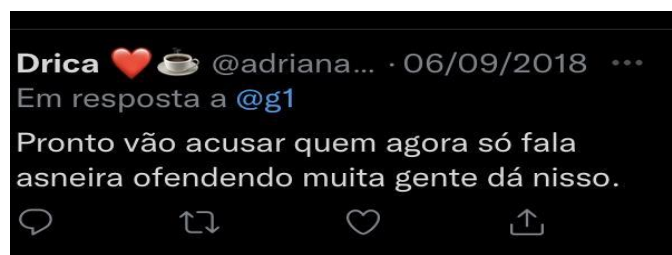
⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45442944?ocid=socialflow_twitter>. Acesso em: 23 dez. de 2021.

agressiva. Essas reações têm ido além das palavras, pois tem ocorrido a prática de atitudes violentas que ocorrem verbalmente e que também são capazes de ferir o outro fisicamente.

Ainda sobre a Figura 3, é possível perceber que uma usuária da rede social diz amar o fato de tal ato ter acontecido com Jair Bolsonaro. Trata-se de frases que reafirmam os *atos de violência* como sendo uma consequência de um *estado de violência*. Isso é apresentado por Odalia (2012, p. 22) ao afirmar que a percepção dessa violência em si não é uma tarefa fácil, pois “o estado de violência não traz uma etiqueta em si.”, ou seja, a violência não tem uma fórmula ou forma pré-definida, pois ela se constitui em diversos espaços e de maneiras diferentes. Isso é de fácil afirmação quando pensamos nesses *estados de violência*, afinal, em muitos momentos, pessoas estão vivendo esse *estado*, mas não conseguem se dar conta disso.

Esse *estado de violência* pode ser detectado quando vemos pessoas reafirmando e exaltando atitudes como o *ato de violência* sofrido pelo candidato à presidência, como sendo reflexo de suas falas. Com isso, mesmo sendo contrário às falas violentas, acabamos sucumbindo a elas, repetindo um discurso que supomos ser contrário. Diferentemente do *estado de violência*, os *atos de violência* são etiquetados pela sociedade, porque estão definidos em códigos legais, pelos noticiários e por ser algo que vemos corriqueiramente e aceitamos com facilidade como sendo violento, pois, como já apontado, esses atos envolvem a tentativa e/ou a consumação de um ato atentatório à integridade física ou patrimonial de alguém.

Figura 4 – Printscreen de comentário feito no Tweet postado pelo portal G1 em sua página.



Fonte: Da autora (2022).

Na imagem acima, é possível detectar que mais uma internauta compreende a facada como algo comum, pois ela é o resultado de muitas falas que são vistas popularmente como “asneira”, ou seja, algo dito sem refletir, bobagem. Corroborando com as perspectivas e comentários dos usuários do Twitter, o jornal *A Folha de São Paulo* publicou uma notícia com

a seguinte manchete “11 frases polêmicas de Bolsonaro”¹⁰, e, no corpo da notícia, detectam-se frases de cunho homofóbico, racista e até mesmo as que incitam a morte. Vejamos:

Recorte 1

"Ô. Preta [Gil], eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro esse risco porque meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu (2011)

Neste trecho, Bolsonaro estava participando do programa CQC¹¹ e respondeu à seguinte pergunta: ‘Qual seria sua reação se seu filho se apaixonasse por uma negra?’. Bolsonaro, para conter a repercussão negativa de sua fala, afirma que tal entrevista foi recortada e que não era essa pergunta que haviam feito a ele, mas, sim, “qual seria sua reação se descobrisse que seu filho namorasse um outro homem”. Assim, apreende-se que Jair busca “amenizar” sua situação atacando um outro grupo de pessoas, ou seja, mais uma vez não mede as proporções que seus discursos podem tomar. Esse tipo de fala, quando proferido por uma figura pública e política, provoca na sociedade o surgimento, ou o agravamento, de um *estado de violência*, principalmente em relação aos grupos que são atacados por tais afirmações.

Recorte 2

Fui num quilombola em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriadores servem mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles.

Este segundo recorte foi emitido quando Bolsonaro se encontrava em uma palestra no Clube Hebraica, em julho de 2017, e reclamava que os quilombolas viviam de dinheiro público e que não trabalhavam. Depois da enorme polêmica causada pelo que foi dito, mais uma vez, ele tenta se justificar dizendo não ser racista, mas que as demarcações de terras pertencentes aos quilombolas eram descomunais. A partir desse recorte, nota-se uma incompreensão histórica da realidade desses povos, e o uso de um discurso preconceituoso e que subjuga um

¹⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 21 dez. de 2021.

¹¹ Custe o Que Custar (CQC) foi um programa humorístico, exibido pela Rede Bandeirantes de 2008 a 2015.

determinado grupo de maneira violenta quando os trata como gordos, preguiçosos e que não servem nem para terem filhos.

Através desses recortes, nota-se que, antes da facada, Bolsonaro, por meio de seus dizeres carregados de violência, provocava *estados de violência*, e um reflexo desses *estados* são as frases de usuários de uma rede social, que dizem “amar” alguém ter levado uma facada, ou afirmar que isso é simplesmente um reflexo de suas falas. Mesmo que a *violência* seja um ato que pode levar à morte, uma pessoa, quando está submetida a uma situação de medo e insegurança, devido a uma atitude ou fala de outrem, pode ter reações que acabam legitimando algo que é visto como criminoso. Não se trata de que essas pessoas aceitem atitudes criminosas, mas, sim, porque isso é encarado como ocorrendo de forma inconsciente, uma espécie de mecanismo de defesa, ou seja, medo de algo que possa vir a ocorrer.

Isso está relacionado com a noção de sujeito discursivo apresentado pela AD, pois esse sujeito emerge de um discurso que é marcado pela historicidade daquilo que já foi dito anteriormente a ele, e esses dizeres, dependendo da forma como interpelam esse sujeito, servirão como base, ou para o discurso que reforça a violência, ou para o discurso que é contrário a ela.

Figura 5 – Printscreen de comentários feitos no Tweet postado pelo portal G1 em sua página.

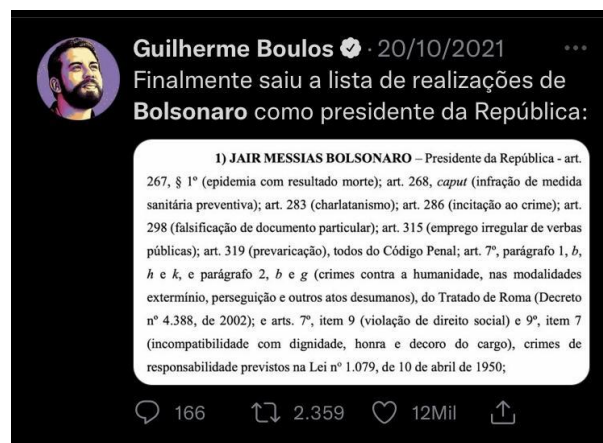


Fonte: Da autora (2022)

Na imagem acima, há um comentário no Tweet do portal G1, afirmando que a violência sofrida pelo atual presidente é resultado do seu discurso de ódio. Um outro usuário, em seu comentário, pede a legalização das facas, e com isso é possível estabelecermos um contraste ao discurso de Bolsonaro, que defende a legalização de armas de fogo e uma facilitação para que todos possam ter acesso a elas. Logo, esse tipo de comentário pode ser interpretado como sendo uma resposta à presença de mais armas de fogo na sociedade, posto que o que é legalizado é mais difícil de proibir, e é capaz de acarretar mais mortes. Assim, em sentido irônico, o comentário sobre a legalização de facas vem dizer que a liberação de armas pode causar ainda mais danos sociais.

Desse modo, podemos afirmar que, quando a resposta à violência vem de forma violenta, seja verbal ou física, essa violência primeira sofre um certo apagamento, pois uma passa a servir de justificativa para outra; ou seja, tem-se uma violência neutralizada. Assim, podemos dizer que um *ato de violência* é algo mais imediato, vivenciado de maneira mais incisiva, enquanto os *estados de violência* estão constantemente presentes, pois eles podem ser anteriores e posteriores aos *atos de violência*, e, mesmo com o fim destes, os *estados de violência* continuam reverberando na sociedade e trazendo medo, insegurança e fazendo com que afirmações como passem a existir e a se repetir.

Figura 6 – Printscreen do Tweet publicado por Guilherme Boulos em sua página no Twitter.



Fonte: Da autora (2022).

Nessa publicação de Boulos, que é um político que pertence aos movimentos políticos de esquerda, temos a presença de um discurso relacionado aos *atos de violência* praticados por Bolsonaro, que se enquadram em artigos do Código Penal Brasileiro e em Tratados Internacionais de Direitos Humanos. No entanto, esse discurso não coloca sobre o presidente

somente uma carga de violência, mas também de impunidade e essa impera sobre a sociedade, provocando *estados de violência* que desencadeiam o medo, a insegurança, a incerteza, não só em relação ao sistema político, mas também à Justiça, visto que essas reações remetem à esfera jurídica, já que é se encarrega de reprimir qualquer ato que ameaça à integridade do ser humano, seja ela física, moral ou psicológica.

Dessa forma, os dizeres de Boulos trazem uma afirmação de um discurso que é contrário aos *atos de violência* e aos *estados de violência*, mas, quando a população nota a impunidade em relação a esses crimes cometidos pela figura do então presidente, os *estados de violência* continuam existindo. Portanto, a violência é um fenômeno que possui diversos desdobramentos, e ela pode ocupar diversos espaços, não sendo necessariamente uma violência física. É importante perceber que o que leva à violência física é algo anterior a essa atitude, ou seja, são ações passadas que desencadeiam uma maneira mais agressiva de reprimir algo que pode ser visto como injusto e não aceito socialmente.

Depois de pensarmos no discurso da violência e em seus fenômenos, iremos observar como esse discurso impacta nas relações de interincompreensão polêmica do discurso.

6.1 A polêmica como interincompreensão no discurso político

De acordo com Maingueneau (2008), os espaços discursivos são recortes feitos pelo analista dentro do campo discursivo. Em nossa pesquisa, recorta-se o campo político, um espaço constituído por dois discursos com posicionamentos políticos divergentes: direita e esquerda.

Quando recortamos um espaço discursivo, é preciso pensarmos na hierarquia existente na constituição desses dois discursos, isto é, tem-se um discurso primeiro, que hipoteticamente possui um status de discurso fundador, e tem-se um discurso considerado como segundo, que aparece para se contrapor a esse discurso primeiro. Assim, podemos prever qual campo discursivo pode ser aceito ou reprovado pelo discurso trabalhado como primeiro e/ou pelo segundo. É importante ressaltar que as delimitações que fazemos dentro do campo discursivo não impedem a existência de outras referências discursivas.

Na medida em que, cronologicamente, é o discurso precisamente chamando “segundo” que se constitui através do discurso primeiro, parece lógico pensar, então, que esse discurso primeiro é o outro do discurso segundo, [mas] o discurso primeiro não permite a constituição de discursos segundos sem ser

por eles ameaçado em seus próprios fundamentos (MAINGUENEAU, 2008, p. 39)

No espaço que delimitamos para essa pesquisa, lançamos a hipótese de que o discurso primeiro é o discurso político pertencente à direita, por se filiar a uma linha mais “conservadora”, uma vez que isso é um reflexo de uma sociedade cristã e historicamente enraizada em uma cultura romana, que possui muitos dogmas e costumes. O discurso aqui tido como segundo, que é o discurso político de esquerda, aparece justamente como uma forma de desestabilizar e contra-argumentar o discurso chamado de primeiro, considerando-o, muitas vezes, arcaico, excludente e violento.

Dessa maneira, Maingueneau (2008) apresenta a questão relativa aos semas como uma forma de compreender essa interincompreensão polêmica. Os semas são unidades de significação e partem de um conjunto de semelhanças e diferenças. Assim, diante de um determinado discurso, temos a contraposição de semas positivos e negativos, sendo que os primeiros são reivindicados, e os segundos são rejeitados. Isso reforça a noção apresentada sobre o interdiscurso, pois esses embates existentes nas relações entre os semas são promovidos no interior do espaço interdiscursivo. Isso posto, quando um discurso traduz os semas do outro por meio de um olhar negativo existente em seu próprio sistema, ocorre um embate, ou seja, passa a existir uma polêmica (MAINGUENEAU, 2008).

Dessa maneira, o linguista faz uma separação entre *discurso agente* “aquele que se encontra na posição de tradutor”, e *discurso paciente* “aquele que é traduzido”. O processo de tradução ocorre entre formações discursivas diferentes, e, com isso, um pode aceitar ou negar o outro. Através das proposições feitas por Maingueneau (2008), iremos assumir o discurso de Bolsonaro como sendo o paciente, e, por meio dos registros negativos de sua rede semântica, transmitidos pelos semas do discurso construído por internautas e por Guilherme Boulos, que se expressam por meio de tweets, uma vez que esses estão na posição de agente, mas ao mesmo tempo ocupam um espaço discursivo de resposta ao anterior.

As falas do enunciador agente, que possui uma vida política de muitos anos, causam diversas polêmicas e discussões, porém essa polêmica que estamos trabalhando não é a corriqueiramente discutida na sociedade, mas, sim, algo que ocorre entre formações discursivas diferentes, e que, em alguns momentos, tem fugido do campo do debate e gerado conflitos mais inflamados, e até mesmo físicos.

Na análise anterior, discutimos as construções dos *atos de violência* e dos *estados de violência*. Neste momento, iremos evidenciar como o discurso da violência se constitui por meio dos semas e a forma com que, por meio dele, tem-se a formação da interincompreensão polêmica. Apresentaremos a seguir, algumas evidências linguístico-discursivas que apontam para a construção dos semas e da interincompreensão polêmica.

Recorte 1

"Ô. Preta [Gil], eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro esse risco porque meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu.

Recorte 2

Fui num quilombola em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriadores servem mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles.

Recorte 3

Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem de ir para lá.

Recorte 4

Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar um de hipócrita aqui. Prefiro que meu filho morra em um acidente do que apareça com um bigodudo por aí.

As falas acima são recortes de uma notícia publicada pela *Folha de São Paulo* em outubro de 2018 que foi intitulado como “11 frases polêmicas de Bolsonaro”. Um aspecto que nos chamou atenção é que a notícia foi publicada um mês após a facada que o atual presidente levou na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, durante um ato político. Através desses recortes, podemos detectar algo que foge completamente do politicamente correto, afinal é possível perceber uma prática do racismo em algumas frases. No primeiro recorte, como já dito, Bolsonaro estava em uma entrevista no CQC. Após toda a polêmica que sua fala gerou, ele tentou se justificar, dizendo que não se tratava de o filho namorar uma mulher negra, mas, sim, um gay. Com isso, nota-se a ocorrência de uma fala homofóbica, ou seja, tenta-se apagar um *estado de violência* provocando outro. Com isso, temos um efeito dominó, pois, o que

anteriormente atingia um determinado grupo, acaba por atingir outro, sem pretensão alguma de esconder tal desejo.


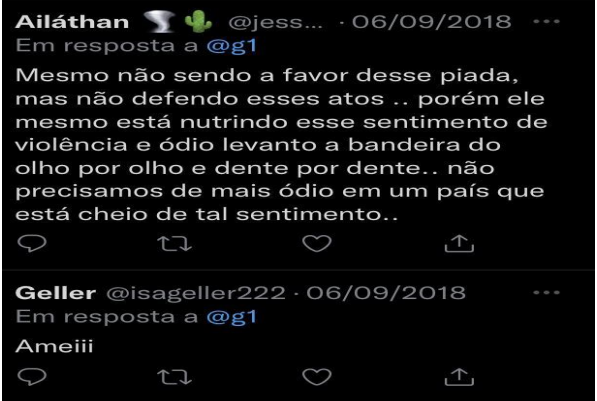

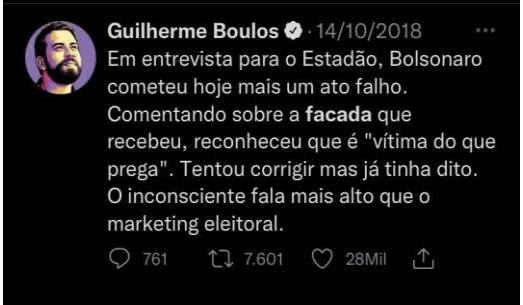
No recorte 2, detecta-se um tom sarcástico e Jair Bolsonaro utiliza de uma figura de linguagem muito conhecida, a hipérbole, que aponta um exagero ao dizer “o quilombola mais leve pesa 7 toneladas”, utilizada para se referir a uma pessoa a intitulado como extremamente gorda, e um dos supostos motivos para ela estar assim é a falta de trabalho e a preguiça em fazê-lo. Com isso, ressaltamos que, em muitas falas, a hipérbole é utilizada para trazer um tom humorístico, e esse artifício é utilizado para tentar velar um discurso violento e preconceituoso.

Nos recortes 3 e 4 é perceptível a incitação ao *ato de violência*, pois o discurso evidencia a morte, que aparece por meio dos itens lexicais “fuzilar” e “acidente”, e isso é colocado pelo dono dos dizeres como forma de punição para aqueles que se apresentam como contrários às suas ideias, sejam elas políticas ou pessoais familiares.

Em suma, observamos que as falas de Bolsonaro constroem uma imagem de alguém sarcástico e que transgride as relações de respeito ao próximo. Os recortes apresentam a imagem de alguém que não respeita as escolhas do outro e que diz frases puramente racistas, homofóbicas e gordofóbicas. No entanto, apesar de seu posicionamento violento e capaz de provocar *estados de violência*, principalmente em pessoas que fazem parte desses grupos que são atacados por suas falas, uma boa parte das pessoas podem se identificar com os temas utilizados por ele, para as quais tais afirmações podem ser consideradas como engraçadas ou sendo verdadeiras, afinal ele fala para um determinado público, que recebe e adere às suas ideias.

Em contraposição, apresentaremos o *discurso agente* que, em muitos momentos, atua como um “discurso-resposta”, principalmente por parte do público que recebe as falas do *discurso paciente*. Vejamos o quadro 5:

Quadro 5 – Tweet e comentários.

 <p>Figura 2</p>	 <p>Figura 3</p>
 <p>Figura 5</p>	 <p>Figura 6</p>

Fonte: da autora (2022).

As imagens acima são tweets e comentários feitos em um tweet, relacionados à facada que o atual presidente sofreu no ano de 2018. Detectamos um posicionamento contrário ao assumido por Jair Bolsonaro, evidenciado pelas afirmações de que tal ato foi resultado de suas falas. Entretanto, mesmo essas falas sendo contrárias, elas trazem consigo uma certa polêmica, pois percebemos que, mesmo havendo alguns se posicionando contra tal ato de violência, eles

buscam justificá-lo como sendo consequência das falas do então presidente, ou seja, como se houvesse uma aceitação do *ato de violência*, e isso ocorre devido à violência inconsciente que é própria do *estado de violência*.

Observamos que os tweets apresentam uma crítica social que faz parte de um mundo ético, mas que ao mesmo tempo provoca reflexões e subverte verdades já conhecidas como, por exemplo, de que a vida é um bem jurídico inviolável. No entanto, se alguém se coloca na posição de transgressor e violador da vida e do respeito ao outro, a proteção a esse bem jurídico passa a ser relativizada, afinal as falas transgressoras de Bolsonaro atentaram contra a vida de alguém primeiro, e, se esse alguém transgredir as relações e as vivências do outro, o atentado contra sua vida nada mais é que o reflexo de suas falas violentas que provocaram um *estado de violência*, que faz surgir o medo e a insegurança que levou à consumação do *ato de violência*.

Na figura 3, quando o internauta afirma que “ele mesmo está nutrindo o ódio”, isso parte de uma justificativa para que tal ato aconteça, ainda que ele não compartilhe os mesmos semas presentes na rede semântica de Bolsonaro. Na figura 6, Boulos afirma que Bolsonaro reconheceu que é “vítima do que prega”, e, na figura 5, um dos internautas afirma “tomara que legalize a facada”, fazendo menção ao discurso de Jair defendendo a legalização do uso de armas de fogo.

No terceiro recorte selecionado da fala de Jair Bolsonaro – Recorte 3 – aparecem os semas “fuzilar” e “petralhada”, como podemos observar:

Recorte 3

Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem de ir para lá.

A competência discursiva nos permite compreender que o uso da classificação “petralhada” para um grupo de pessoas representa um tom pejorativo, uma vez que “petralha” é resultado da junção de “petista” com “metralha”, sendo que o último faz menção aos Irmãos Metralha, personagens de revistas em quadrinhos que viviam atrás das grades porque praticavam diversos crimes. Com isso, em seu discurso, Bolsonaro imputa um crime a todos aqueles que fazem parte e defende as ideias do PT, como também os ameaça de morte, a partir da ideia de fuzilá-los, e os chama de defensores do comunismo.

Esse discurso foi proferido pelo então candidato durante um discurso político, e, nesse trecho, nota-se a presença de um discurso apelativo e que coloca uma parcela da classe política como trapaceira e criminosa. Nesse momento, pode-se dizer que há um apelo à consciência cidadã e a imagem de seu inimigo político é construída a partir de semas violentos. Dentro dessa perspectiva, o discurso político é utilizado para definir as peculiaridades da esquerda, e isso ocorre através da manipulação ideológica, uma vez que, ao se utilizar de um discurso anticomunista e associar a imagem da esquerda brasileira às barbáries que ocorrem na Venezuela, o locutor sugere que existe um risco eminente de que, caso o PT reassuma o poder, o Brasil se torne a nova Venezuela e os valores da família, da religião e da moral estariam ameaçados.

Esse tipo de argumentação é uma das bases do discurso político, pois ele acaba apelando para o lado emocional dos eleitores. Uma vez que se consegue instaurar o medo a insegurança com relação ao outro, o oponente acaba por vezes tendo a sua imagem desconstruída por esse tipo de argumento mesmo que ele não seja verdadeiro. Charaudeau (2011) pontua que o grande desafio no discurso político não é a verdade em si, mas a veracidade, ou seja, aquilo que eu pontuo como verdadeiro e que você deve crer como sendo verdade.

Refletindo a respeito da construção dessa verdade, e sobre a forma com que esse discurso chega até a população em geral, uma nova instância aparece, a midiática, que, hoje, não se reserva a somente o rádio e a televisão, mas também os jornais online e as redes sociais. Dessa maneira, quando esse discurso fica somente no ambiente em que foi proferido em tempo real, ele surte um tipo de efeito e esse se reserva às pessoas que estavam ali naquele momento, mas, atualmente, esses discursos são espalhados rapidamente pelas mídias, como é o caso do recorte 3, que estava em uma notícia de um jornal online. Logo, o impacto dessas frases será muito maior, por alcançar um número maior de leitores.

Além disso, a mídia serve como uma espécie de modulador, ou seja, ela deve respeitar o contrato de comunicação, no sentido de que o redator irá refletir para que tipo de público aquela notícia será direcionada e qual será o seu objetivo. No entanto, quando a instância midiática, que é legítima, veicula um tipo de discurso que também é considerado legítimo, que nesse contexto é o discurso político, mas permite que um discurso ilegítimo – como o discurso violento – sobressaia e chegue à superfície, a instância midiática acaba por ocupar um lugar de decisão, pois ela permite que algo violento seja legitimado e aceito por uma parcela da população que apoia determinado ator político.

Através dessas questões podemos perceber a presença de simulacros que criamos do outro. A maioria dos internautas diz que a facada sofrida pelo então candidato a presidente é uma resposta às suas falas violentas. Dessa maneira, detecta-se a presença de um simulacro. Quando buscamos observar essas relações de um prisma diferente, não nos posicionando nem do lado da direita e nem do da esquerda, notamos que Bolsonaro constrói os seguintes semas de si: “defensor da moral”, “defensor dos bons costumes”, “religiosidade”; e ele constrói os seguintes semas sobre a esquerda: “comunistas”, “ladrões”, “imorais”. Já a esquerda constrói os seguintes semas de Bolsonaro: “imoral” e “violento”. Logo, essas noções só existem quando confrontamos a ideia que temos do outro com o conhecimento que temos de nós mesmos, e as atitudes do outro que não fazem parte da nossa formação ideológica, cultural e social dão origem a esse simulacro.

Posto isso, temos a instauração do conflito e esse dá lugar à polêmica discursiva. Esse tipo de polêmica que envolve o meio político vai muito além do tempo de agora, pois ela se estende no espaço e no tempo, ocupando diversos lugares e formas. É importante ressaltar que uma das formas mais explícitas da polêmica no meio político ocorre pela argumentação, pois, como detectamos no recorte 3, a fala de Bolsonaro possui um alvo, e esse alvo é visto por ele como um adversário, de modo que a sua enunciação o rejeita veemente e agressivamente. Segundo Amossy (2017), a polêmica que gerencia esse tipo de conflito surge a partir da presença de ideias contrárias e que não permitem a condução de um acordo. Logo, podemos pensar que a relação entre a política de direita e de esquerda sempre terá como base a polêmica, pois passa-se o tempo e o conflito entre os dois lados ainda é existente. Tem-se, assim, a prova de que a polêmica discursiva é algo que se estende no tempo.

Portanto, detecta-se, nesses discursos, semas contrários aos que constituem o discurso de Bolsonaro, principalmente quando, no tweet da figura 3, o internauta admite não ser a favor de tal ato, mas que esse é o reflexo das falas de Bolsonaro. Assim, percebemos uma interincompreensão polêmica subvertida em um *estado de violência*, por isso, tem-se a impressão de que ambos os lados estão se utilizando do discurso da violência para se proteger, mas a realidade é que, devido ao medo, as pessoas tentam justificar *atos violentos* como sendo decorrentes das falas violentas, e isso evidencia ainda mais a polêmica da interincompreensão.

6.2 Análise do processo de tradução

Neste momento, buscaremos evidenciar as construções de simulacros em relação ao discurso agente e ao paciente, pois, nas análises, é possível perceber uma relação de contrariedade entre os discursos. Maingueneau (2008) postula que a obtenção dos semas é crucial para compreender essas relações, e, para isso deve-se construir modelos (M1 e M2) para que assim possamos identificar os semas positivos e negativos.

O modelo 1 (M1), faz as operações de concentração e enfraquecimento (M1+), para que se obtenham semas positivos, e de contrariedade (M1-), para que se obtenham semas negativos. Como apresentaremos a seguir, internautas tomaram os dizeres de um discurso primeiro e os interpretaram de acordo com os semas de suas redes semânticas e os tornaram negativos. Apresentaremos dois quadros para exemplificar as relações de tradução existentes.

Quadro 6 – Relações de contrariedade.

	Discurso agente	Discurso paciente
	Bolsonaro hoje cometeu mais um ato falho. Comentando sobre a facada que recebeu, reconheceu que é “vítima do que prega.”	Jair Bolsonaro leva facada em ato de campanha.
1	Tomara que legalize as facas também	Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre.
2	Discurso de ódio da nisso	Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar um de hipócrita aqui. Prefiro que meu filho morra em um acidente do que apareça com um bigodudo por aí.
3	Mesmo não sendo a favor dessa piada, mas não defendendo esses atos. Porém ele mesmo está nutrindo esse sentimento de violência de ódio levando a bandeira do olho por olho e dente por dente.. não precisamos de mais ódio em um país que está cheio desse sentimento	Ô Preta [Gil], eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro esse risco porque meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu.

Fonte: Da autora (2022).

Quadro 7 – Modelo de operação de Concentração, Enfraquecimento e Contrariedade (continua).

M1+	M1-	M1+	M1-
Semas obtidos pela operação de Concentração	Semas obtidos pela operação de Contrariedade	Semas obtidos pela operação de Enfraquecimento	Semas obtidos pela operação de Contrariedade

(c)	(não c)	(E)	(não E)
Facada	Tomara que legalize a facada.	Fuzilar; Incapacidade de amar um filho gay; Ambiente lamentável.	Discurso de ódio da nisso; Vítima do que prega.

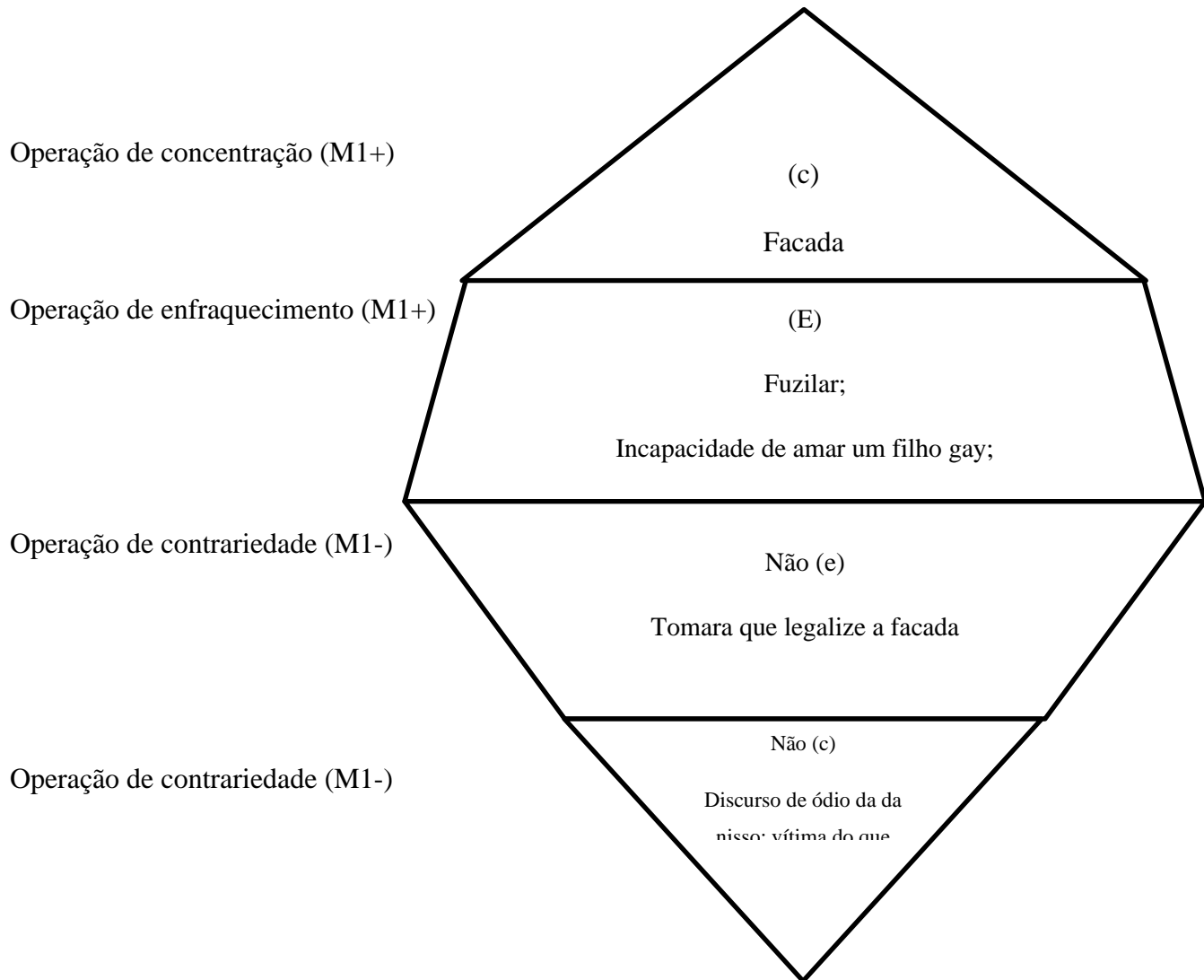
Fonte: da autora (2022).

Maingueneau (2008) propõe que o ápice dos semas que constituem as formações discursivas ocorre na operação de Concentração (c). Assim, consideramos que esse ápice ocorre pelo sema “facada”, usado para classificar as outras operações propostas no Enfraquecimento (E), uma vez que o Enfraquecimento apresenta um lado menor de Concentração (c), e não uma dimensão contrária, posto que a operação de Enfraquecimento apresenta o sema da Concentração de uma forma mais branda, pois, se não existissem os semas de Concentração, não seria possível o seu desdobramento em vários discursos e em suas diversas formas de representação. O Enfraquecimento, sendo um lado menor da Concentração, representa a facada de diversas outras formas, ou seja, em um tom de ameaça, como “fuzilar”, “incapacidade de amar” e “ambiente lamentável”, mas todas essas falas podem ser consideradas como violentas.

Dessa maneira, os semas obtidos no Enfraquecimento representam um conjunto maior, pois, como já dito, ele é um desdobramento do sema presente na Concentração. Para que ocorra as apresentações contrárias, os semas são submetidos a uma operação de Contrariedade (não c/não E). Isso ocorre por meio dos tweets e comentários que se colocam como contraposição à facada, que dizem “tomara que legalize a facada”, “discurso de ódio da nisso” e “vítima do que prega”. Então, tudo aquilo que caminha do lado contrário ao discurso da violência deve se encaixar na operação de Contrariedade, que se opõe ao Enfraquecimento. Portanto, os semas obtidos representam o lado oposto.

Para melhor compreendermos essas operações, optamos por apresentá-las no modelo piramidal, pois, por meio dela, é possível uma melhor compreensão do quadro. No lado superior aparecem os semas que se enquadram no lado positivo (M1+) e, no lado inferior, temos os semas que pertencem ao lado negativo (M1-). Vejamos:

Figura 7 – Pirâmide de Operação.


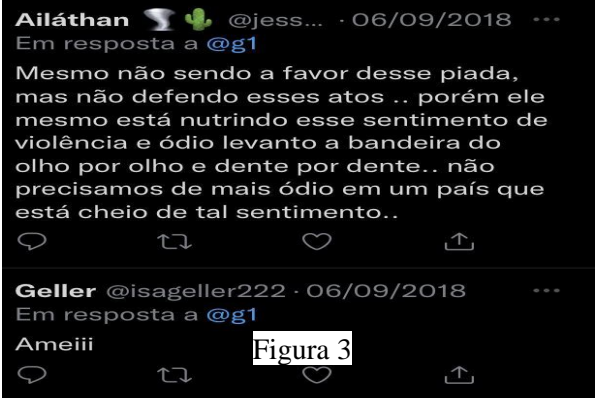

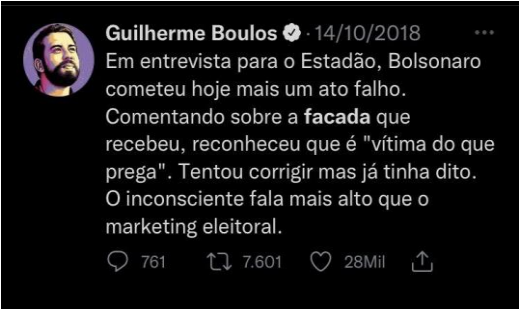


Fonte: Da autora (2022)

A facada, apresentada no topo da pirâmide, representa algo fixo e ditador, ou seja, que não evoca mudanças e é representado pela operação de Concentração (c). O alargamento da base da pirâmide provoca uma percepção maior do que ocorre na operação de enfraquecimento (E), na qual, nesse momento, a facada é representada por um desdobramento maior de semas, isto é, aquilo que está por trás do sema “facada”. Na pirâmide inferior, que representa o lado oposto e as operações de Contrariedade (não E/não c), aparecem os semas que são classificados como contrários à parte superior da pirâmide. Na base da pirâmide estão os semas de Contrariedade (M1-) em relação ao Enfraquecimento não (E). Eles designam um lado que aponta para um outro lado, representado pelo “discurso de ódio da nisso” [não (c)]. Esse sema também significa algo fixo, ditador e dominante, assim como o primeiro que se encontra na parte superior da pirâmide.

A partir dessas questões, podemos retomar para algumas figuras previamente selecionadas, que contêm frases que nos auxiliam na reflexão a respeito do discurso da violência dentro dos meios de comunicação. Dito isso, recorreremos, mais uma vez, ao conteúdo exposto no quadro 8.

Quadro 8 – Tweet e comentários.

	
	 <p style="text-align: center;">Figura 6</p>

Fonte: da autora (2022).

Nas operações, o tema “facada” aparece tanto na operação de Concentração (c) e na de Contrariedade [não (E)]. Isso indica uma contradição dentro do discurso da violência, uma vez que a operação de Contrariedade (c), nesse contexto, é utilizada por um discurso midiático que nesse caso, é o portal G1 de notícias, então está se referindo a um acontecimento. No entanto, o termo “faca” utilizada por um usuário da rede social Twitter é usada de uma forma legalista, ou seja, esse usuário se apropria de um discurso do atual presidente (na época, candidato) que dizia que todo cidadão poderia ter uma arma dentro de sua casa para se defender¹², ou seja, mesmo esse internauta sendo contrário as ideias de Bolsonaro, o conflito é instaurado na forma em que ele combate um discurso violento, mas também o combate de forma *violenta*. Sendo assim, o espaço ocupado pela operação de Contrariedade (não E) na base da pirâmide só ocorre no sentido de que, por vezes, ocupam espaços políticos diferentes, mas, de certa forma, tanto o discurso paciente, quanto o agente estão impregnados pelo discurso da violência, e, algumas vezes, ambos os lados podem não perceber esse tipo de agressão.

Nesse viés, mesmo observando uma relação oposta entre os discursos, é possível detectar um tom violento dentro do discurso que se opõe ao discurso violento de Bolsonaro. Dessa forma, evidenciamos que essa relação existe, pois as falas que Jair emite provocam o que Michaud (1989) chama de *estado de violência*, que ocorre de maneira muito sutil.

Para melhor exemplificar, podemos nos prender a operação de Harmonização (H) apresentada por Maingueneau (2008). Esse operador deve trabalhar sobre um segundo discurso, e, dessa forma, buscaremos compreender como o discurso da violência pode fazer parte de um discurso que é contrário a ela e que tem como princípio o respeito, a segurança e a não violência.

Quadro 9 – Harmonização.

	M2+	M2-
Oposições (M1+ vs M1-)	Semas obtidos pela operação de Harmonização (H)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não H)
Facada vs vítima do que prega	tomara que legalize a facada; Discurso de ódio dá nisso.	Fuzilar; incapacidade de amar um filho gay.

Fonte: Da autora (2022).

¹² Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/17/saiba-mais-sobre-as-propostas-de-bolsonaro-e-haddad-relativas-a-armas-de-fogo.ghtml>>, acesso em: 21 de fev de 2022.

Visualizamos que os semas M1+ são os negativos de M1-. Em M2, a oposição da “facada” e “vítima do que prega” é harmonizada nos semas: “tomara que legalize a facada”, “discurso e ódio dá nisso”. Dessa forma, tem-se a aceitação da facada como uma forma de combater os discursos violentos proferidos pelo que sofreu a facada. Porém, o discurso contrário à violência está exposto em M2+. Ainda que esse discurso também seja, de certa forma, violento, ele foi provocado pelo *discurso paciente* tido como primeiro, pois, sem ele, tal discurso não poderia existir, uma vez que ele parte da Concentração.

Portanto, faz-se necessário pensar os discursos de maneira individual e respeitando sua historicidade. Além disso, segundo Maingueneau (2008), as restrições semânticas são diferentes para cada tipo de discurso em razão de seu processo histórico de construção, apreensão e do próprio gênero discursivo. Assim, o choque de posicionamentos diferentes constrói discursos de contrariedade, e ela ocorre devido à interincompreensão existente entre eles e à forma com que cada um recebe os semas do outro e os inscreve em seus próprios simulacros. Além disso, os *estados e atos de violência*, apresentados por Michaud (1989), ressaltam ainda mais essas relações de contrariedade, já que, dentro de um discurso não violento, pode haver resquícios das falas e atos violentos herdados do discurso tido como agente, ao qual se contrapõe.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso da pesquisa, analisamos o discurso político e o discurso da violência a partir das categorias da interincompreensão polêmica e das condições de produção do discurso. A partir da compreensão desses discursos como formações discursivas, apreendemos os efeitos produzidos pela polêmica e pelo discurso da violência.

No primeiro capítulo, discutimos as noções de polêmica e de interincompreensão polêmica, visando delimitar o tipo de análise que foi proposta. Inicialmente, apresentamos a noção de polêmica para que se possa compreender que a polêmica trabalhada pela análise do discurso foge de sua significação secular, uma vez que, para Maingueneau (2008), ela se relaciona com a noção de tradução e de interincompreensão, que é uma condição para que a polêmica exista. Assim, a polêmica deixa de ser vista como algo fora do discurso e passa a pertencer a esse discurso de forma enraizada, posto que ela passa a ser inerente a ele. Assim, a polêmica, para Maingueneau, é aquela por meio da qual dois discursos se constroem em oposição e não há a possibilidade de consenso entre eles.

Amossy (2017) defende a polêmica como uma modalidade argumentativa, assim a pesquisadora parte da ideia de que toda polêmica surge a partir do conflito existente entre dois discursos que são opostos. A autora vai além das noções apresentadas por Maingueneau, pois ela não só acredita que a polêmica surge a partir do embate entre dois discursos contrários, mas também da polarização e da desqualificação do outro. Nesse ponto, Amossy (2017) supera a noção de Maingueneau (2008) na qual o “eu” e o “outro” ocupam posições insuperáveis, no sentido de que o “eu” interpreta esse “outro” a partir de uma grande semântica e constrói um simulacro desse. No entanto, Amossy (2017) propõe uma noção diferente, a qual o “outro” pode interpelar o “eu” no sentido de questionar a sua interpretação, no todo ou em parte.

Ainda nesse capítulo, tecemos comentários a respeito da interincompreensão polêmica trabalha por Maingueneau, com o objetivo de apresentar essa ferramenta teórica. Maingueneau (2008) apresenta essa noção a partir de uma grande semântica, e a partir dela, o “eu” constrói a noção do “outro” e cria simulacros dele, evidenciando assim as suas restrições de uma formação discursiva marcada pelas suas ideologias políticas, sociais e culturais. Ademais, esses simulacros são acompanhados de operações que dão origem aos semas. O discurso político e os comentários dos internautas no Twitter são marcados pela criação desses semas e de simulacros do outro.

Em seguida, no segundo capítulo, marcamos a noção de Análise do Discurso a partir de sua concepção histórica, afinal o discurso é uma prática importante que revela o posicionamento dos sujeitos e suas ideologias. Ainda nesse capítulo, apresentamos a noção de interdiscurso, pois apresentamos como categoria de análise o discurso político e, em diversos momentos, esse discurso é atravessado pelo discurso da violência, o qual não é aceito socialmente, mas acaba sendo legitimado quando se utiliza do discurso político como suporte. Assim, as concepções do interdiscurso são importantes, uma vez que os discursos estão envolvidos em uma teia interdiscursiva e por meio dela se relacionam entre si.

Além disso, no mesmo capítulo apresentamos as concepções a respeito do sujeito, pois o discurso produz seu sentido a partir da posição que os sujeitos ocupam, e esse sujeito se constitui pela multiplicidade de discursos existentes. Além disso, o sujeito não é o centro da relação do sentido, uma vez que ele se constitui a partir de uma relação com o Outro. Portanto, a compreensão do sujeito é importante para uma melhor apreensão do que vem a ser discurso, interdiscurso e a própria Análise do Discurso, pois essas categorias são objetos de estudo dessa disciplina.

No terceiro capítulo, elencamos algumas categorias importantes como, por exemplo, o discurso da violência. Trabalhamos com esse tipo de discurso a partir das noções apresentadas por Michaud, e o dividimos em atos e estados de violência, sendo que entendemos a primeira forma como um modo mais agressivo de atingir o outro, ou seja, uma agressão física que pode desencadear a própria morte do corpo físico. Já os estados são um tipo de violência mais sutil e duradoura, que ocorrem pela forma de dizer e de construir o outro. Em nossas análises, esse discurso ganha um novo contorno, pois, no mesmo cenário, detectamos a presença dele em sua forma mais sutil, quando os internautas fazem comentários no Twitter dizendo não apoiar a facada sofrida por Bolsonaro, mas também não se posicionam totalmente contra, pois alguns dizem que tal ato de violência é simplesmente uma resposta a suas falas desajustadas e violentas.

Portanto, é possível que o discurso da violência ocupe o discurso daquele que se posiciona de forma violenta, e, por vezes, esses falantes não percebem que estão servindo de suporte para a legitimação desse tipo de discurso.

Ainda no mesmo capítulo, apresentamos o discurso político e a instância midiática que, atualmente, estão sendo o principal suporte para que o discurso da violência possa se legitimar na superfície dos discursos aceitos. Como bem sabemos, em todos os discursos existem trocas

verbais, desde aqueles mais comuns até os mais complexos, e no discurso político isso não é diferente, pois uma de suas principais características é a argumentação, que é fala orientada para um determinado auditório e ao seu convencimento. Em nossas análises, detectou-se que as mídias têm auxiliado na propagação do discurso político, mas, ao lado dele, está o discurso da violência sendo legitimado. Isso ocorre com os comentários de diversos usuários da rede social Twitter, que, de certo modo, tentam se posicionar contra a violência, mas acabam por legitimá-la ainda mais.

Nesse entremeio, julgamos importante tecer comentários sobre as condições de produção do discurso, pois a AD é uma disciplina que nos permite relacionar o conhecimento de diversas outras áreas do conhecimento, como Sociologia, História e Filosofia. Assim, os conceitos da CP do discurso permitem o relacionamento entre diversas disciplinas, para que se possa compreender a constituição dos discursos e compreender a historicidade que cada um carrega.

Por fim, lançamos mão das categorias de análise, que têm como foco a interincompreensão polêmica e o discurso da violência no discurso político. A partir das análises, detectou-se que a interincompreensão se sustenta por meio dos semas e da construção dos simulacros do outro. A existência dessa interincompreensão tem como raiz a polêmica existente na relação entre o discurso político e os posicionamentos ideológicos despertados por ele. Diante disso, reafirmamos que a forma como o discurso se comporta está em simbiose com a sua historicidade, principalmente quando pensamos no discurso da violência, que está presente na sociedade desde o início e, em muitos momentos, foi visto como algo comum. No entanto, nos questionamos se atitudes violentas ainda não têm sido relativizadas pela sociedade.

Detectamos que muitas pessoas se posicionam diante de um ato violento se colocando como contrárias a ele, mas, de maneira contraditória, acabam por apoiar, pois tentam combater o discurso da violência por meio da legitimação da própria violência. Isso é comprovado pelos semas, que são construídos a partir do simulacro que se cria do outro. Diante disso, os discursos analisados não tentam inocentar alguém que feriu outra pessoa por meio de uma facada, mas buscam culpabilizar quem foi agredido, tentando justificar tal ato.

Em suma, o nosso trabalho demonstra que as escolhas lexicais e os simulacros que se criam do outro não são frutos de um posicionamento totalmente consciente dos sujeitos, mas, sim, da forma com que eles são interpelados pela CP do discurso, assim como pela historicidade política que os cercam. Posto isso, notamos uma contradição em relação à violência, pois os

sujeitos se posicionam contra atitudes e falas violentas, mas, quando são colocados frente a elas, tentam justificá-las, mas não podemos nos esquecer de que essas justificativas surgem porque esses sujeitos se encontram em estados de violência, ou seja, temem que algo pior possa ocorrer.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Trad. Rosalice Botelho, Wakim Souza Pinto [et al]. Coord. da Trad. Mônica Cavalcante. São Paulo, SP: Contexto, 2017.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Organização e Tradução: BEZERRA, P. São Paulo: Editora 34, 2016

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. In: **Introdução à análise do discurso**. 2004.

CANO, M. R. de O. **A manifestação dos estados de violência no Discurso Jornalístico**. 2012. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14239>>. Acesso em: 20 set. de 2021.

CANO, Márcio Rogério De Oliveira; CELESTINO, Ricardo; Lugares Interincompreensivos e Ambivalentes em Anúncios Publicitários que Topicalizam a Sexualidade, p. 188 -212. In: **Discurso e Cultura Vol. 2**. São Paulo: Blucher, 2019.

CHARAUDEAU, P. Discurso político. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. **Minidicionário. Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 505, 1993.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **A Ordem do discurso**. 2ª ed. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10ª ed Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas**. Martins Fontes, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília p. de Souza e-Silva, Décio Rocha. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2008.

_____; CHARAUDEAU, P. **Dicionário de Análise do Discurso**. Trad. Fabiana Komesu (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Registro- As Três Facetas do Polêmico. In: POSSENTI, S; SOUZA-E-SILVA, M. C. P.de (orgs). **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 187-198.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; DE OLIVEIRA CANO, Márcio Rogério. 28) Cenas da enunciação em textos jornalísticos: o caso da “ditabranda” na Folha de S. Paulo. **Veredas-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 15, n. 1, 2011.

ODÁLIA, N. **O que é violência**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso: Princípios e procedimentos**. 12. ed., Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, v. 3, p. 61-161, 1997.

SILVA, L. S da. **A mulher na política: representação, gênero e violência no discurso jornalístico**. 2013. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14256>>. Acesso em: 15 set. de 2021.

_____. Análise do Discurso. In: _____. **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. 10-35p.

SILVA, L. G. E. da. **A historicidade e a competência discursiva: as contradições no discurso da violência**. 2021. 107 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021